



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 01/2020

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE MARÇO DE 2020

INICIADA ÀS 14 HORAS E 45 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS e 35 MINUTOS.

| | |
|------------------------------|-----------|
| SUMÁRIO: | FL |
| ABERTURA | 02 |
| ANTES DA ORDEM DO DIA | 05 |
| APROVAÇÃO DE ATAS | 05 |
| EXPEDIENTE | 13 |
| ORDEM DO DIA | 45 |
| INTERVENÇÃO DO PÚBLICO | 88 |
| ENCERRAMENTO | 90 |

ATA N.º 01 / 2020**ABERTURA**

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - Aprovação da Ata n.º 06/2019 – Sessão Ordinária realizada no dia 25 de novembro
- 1.2 - Expediente
- 1.3 - Intervenções

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 PRAEN - Plano de Racionalização Energética - versão alterada;
- 2.3 Contrato de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar e CAF no 1.º Ciclo - Ano Letivo 2019/2020 – reforço - União de Freguesias de Covilhã e Canhoso e Freguesia de Verdelhos;
- 2.4 Adesão do Município da Covilhã ao Consórcio Externo - Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE “Termas do Centro”;
- 2.5 Processo n.º 407/18DIV - Artigo urbano n.º 183 da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso - Pedido de Certidão de Isenção de IMI;
- 2.6 Abertura do procedimento para a Concessão do Sistema de Mobilidade da Covilhã;
- 2.7 Retificação da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião extraordinária de 30/10/2019, respeitante ao Processo n.º 25/00 em nome do Grupo Desportivo da Mata (conhecimento);
- 2.8 Relatórios Semestrais - Provedor do Município (conhecimento);
- 2.9 Declarações ao abrigo das alíneas a) e b), do n.º 1, do artigo 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e 22/2015, de 17 de março (conhecimento).

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Tiago Santos Silva em substituição de Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição de Prof. Bernardino Gata da Silva, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel em substituição de Dr. José Paulo Pina Simão, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues, Doutor António João dos Reis Rodrigues, João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguio), João Ramos Almeida (Erada), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo). -----

Não compareceu os Excelentíssimos Senhores Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa e, do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Esteve ainda presente o Senhor Provedor do Município – Prof. Doutor José Ramos Pires Manso.-

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, **com a correção na denominação do ponto 2.4**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

ORDEM DE TRABALHOS**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****1.1 - APROVAÇÃO DE ATAS****ATA N.º 06/2019 – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 de Novembro**

--- Foi submetida a ata, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, tendo solicitado o uso da palavra o Membro Municipal **Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que a ata traduzia o que se tinha passado na sessão, sublinhando “os avanços conseguidos na identificação das votações”, apontando ainda para a necessidade de se identificar os Independentes. -----

--- Não havendo mais intervenientes, a **ata n.º 06/2019** foi colocada à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Os Senhores **Tiago Santos Silva, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)** não participaram na votação, conforme o disposto no número 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

VOTOS DE PESAR

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação de **Votos de Pesar** em memória dos Senhores: **Doutor António Estevão Pitrez Ferreira Lopes; Doutor Manuel Antunes Ferreira; Carlos Francisco; Professor João Malaca Casteleiro; António Rocha Freire e Doutor Fernando Raposo de Almeida**, informando que, para além das propostas da Mesa da Assembleia, existiam outras de Membros das diversas Bancadas, pelo que seriam todas transcritas em ata. ----

- **DOUTOR ANTÓNIO ESTEVÃO PITREZ FERREIRA LOPES** - 30 de novembro de 2019 -----

“Faleceu no dia 30 de novembro o Doutor António Estevão Pitrez Ferreira Lopes, que foi Membro desta Assembleia Municipal de 20 de outubro de 2017 a 30 de novembro de 2019. -----

Foi Médico de Medicina Geral e Familiar no Centro de Saúde do Tortosendo; Médico nas Urgências do Hospital da Covilhã e na Consulta Aberta no Hospital do Fundão e fez parte da equipe do INEM do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira. -----

Homem sempre atento aos problemas desta Cidade que desde cedo o adoptou, defendia com coragem e determinação os interesses do Interior e especialmente os dos seus doentes, do Tortosendo e da Covilhã. -----

Lutou sempre pelos seus ideais e princípios que em seu entender eram os melhores para o “seu Concelho”, pronto sempre para o diálogo com a tolerância que o caracterizava, enriquecendo e humanizando assim, estes fóruns e a própria democracia. -----

Infelizmente, enfrentou uma dura luta contra a doença que ultimamente o afetou e acabou por vencê-lo. -----

Assim, pela sua memória e dedicação, propomos dedicar-lhe um minuto de silêncio e um Voto de Pesar pela sua partida.”-----

--- Colocado o **Voto de Pesar** à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em memória do Senhor Doutor António Estevão Pitrez Ferreira Lopes. -----**

- DR. MANUEL ANTUNES FERREIRA- 10 de dezembro de 2019 -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião de 06 de março de 2020, consternada pelo falecimento do Senhor Doutor Manuel Antunes Ferreira, expressa um Voto de Pesar e sentida homenagem àquele que foi um Cidadão exemplar, dedicado às causas sociais e com permanente intervenção, para além de ser um Homem de grandes qualidades profissionais, era possuidor de um perfil de grande correção e de fino trato. -----

À Ex.ma Família endereçamos as mais sentidas condolências.” -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

No passado dia 10 de dezembro de 2019, faleceu Manuel Antunes Ferreira. Tinha 84 anos. -----

Advogado de profissão, pautou a sua atividade pelo rigor, inteligência, perspicácia, profissionalismo, dedicação e sabedoria. -----

A sua opinião era respeitada. O seu prestígio inquestionável. -----

Foi sem dúvida um dos Advogados mais respeitados da região, tendo, em 10 de dezembro de 2013, sido agraciado com a Medalha de Honra da Ordem dos Advogados. Empreendedor, contribuiu com a sua ação e empenho para a criação de bastantes postos de trabalho no sector empresarial que à data da sua morte ainda se mantinham. -----

Cidadão exemplar. Combatente pela liberdade, teve uma enorme intervenção cívica na região antes e após o 25 de abril de 1974. Homem de ideias, sempre coerente com as suas ideias, sem nunca se deixar levar pelos holofotes da fama. -----

Simples, genuíno, sincero e humano. -----

Em 2012 recebeu a medalha de Mérito Municipal da Câmara Municipal da Covilhã. -----

Manuel Antunes Ferreira. Deixou a sua marca na Advocacia local. Na cidade. Na região. -----

Como seu falecimento ficamos mais pobres. -----

A sua memória merece ser perpetuada colocando o seu nome numa artéria da cidade. -----

Propomos que seja aprovado VOTO DE PESAR pelo falecimento do Dr. Manuel Antunes Ferreira.

Caso tal voto seja aprovado, deverá ser dado conhecimento a sua família na pessoa de sua esposa Dra. Sílvia e seus filhos Luís e Margarida.” -----

O Presidente do Grupo Parlamentar “De Novo Covilhã” -----

“Recordar o Dr. Manuel Antunes Ferreira é uma exigência ética e cívica a que não nos podemos alhear. Recordar Manuel Antunes Ferreira é recordar desde logo o Advogado, o brilhante Advogado, mas é também recordar o homem atento e preocupado, defensor dos direitos civis e dos direitos do Homem, mas também o intelectual atento, o amigo fraterno, sempre disponível para ser solidário e empenhado na defesa dos mais necessitados. -----

Recordar Manuel Antunes Ferreira é recordar o Advogado corajoso e empenhado na defesa de todos os combatentes do fascismo, nomeadamente os estudantes da crise de 69 em Coimbra. Que o digam Alberto Martins, Celso Cruzeiro, Jose Gil, entre tantos outros. -----

Recordar Manuel Antunes Ferreira é recordar o homem empenhado no movimento democrático no MDP, ao lado dos trabalhadores e do seu sindicato, para quem sempre trabalhou de forma gratuita. -----

Recordar Manuel Antunes Ferreira é recordar o Advogado que se empenhou na defesa da indústria e dos empresários da Covilhã. -----

Destacando a lealdade, a frontalidade e a tolerância que foram sempre seu apanágio, curvemo-nos perante a sua memória, o seu legado e as causas que defendeu durante a sua vida, endereçando a Assembleia Municipal da Covilhã o seu sentido pesar à sua família e aos seus amigos.”-----

--- Colocado o **Voto de Pesar** à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em memória do Senhor Doutor Manuel Antunes Ferreira.** -----

- **SENHOR CARLOS FRANCISCO** – 28 de dezembro de 2019 -----

“Carlos Francisco -----

Nasceu na Coutada, Concelho da Covilhã, em 29/09/1950 e faleceu no dia 28 de Dezembro de 2019. -----

Homem de inegável valor e detentor de uma carreira profissional brilhante. -----

Com apenas 12 anos de vida partiu, na companhia de seus pais, para França, onde por via da formação e da experiência profissional, adquiriu o Grau e qualificação de engenheiro Técnico Civil. -----

É nesta qualidade que, em França, exerce a sua atividade profissional até 1990. -----

Nesta data regressa definitivamente a Portugal e em Agosto desse ano funda empresa Alcriestor – Estores e inicia a atividade empresarial, fabricando e comercializando todo o tipo de estores. -

Em 2000, prevendo o crescimento da empresa alargou o âmbito de atividade do seu negócio e aumentou a sua área de implantação, construindo novas instalações no Parque Industrial do Tortosendo. -----

A sua capacidade empreendedora, tendo a inovação na visão estratégica da sua empresa levou a que, em 2010 a Alcriestor já estivesse implantada em todo o território Nacional. -----

Enquanto Autarca deixa uma marca indelével na Freguesia da Coutada, aldeia do seu coração.

É sob a sua Presidência que nos mandatos de 2005 a 2009 e de 2009 a 2013 a Coutada dá um salto qualitativo com a construção de estruturas das quais se destacam a Capela de S. Sebastião e Polidesportivo Multiusos. -----

Parte não só com a família e amigos no coração, mas também com a aldeia que o viu nascer e crescer. -----

Pela sua carreira e dedicação à autarquia propomos a esta Assembleia que delibere: -----

- 1. Apresentar à família e amigos o nosso sentimento de pesar** -----
- 2. Observar um minuto de silêncio em sua homenagem”.** -----

Assembleia Municipal -----

António João dos Reis Rodrigues -----

--- Colocado o **Voto de Pesar** à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em memória do Senhor Carlos Francisco.** -----

- PROFESSOR JOÃO MALACA CASTELEIRO – 07 de fevereiro de 2020 -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 06 de março de 2020, consternada pelo falecimento de João Malaca Casteleiro Professor, Investigador e Linguista Português, expressa um profundo Voto de Pesar e tributa uma sentida homenagem àquele que foi um dos grandes vultos literários de Portugal do Século passado, emérito filho da Covilhã, que amou profundamente e sobre ela e as suas gentes escreveu com inigualável conhecimento e afeto. ---

A sua morte constitui uma irreparável perda para a Covilhã e para o seu património cultural e afetivo. -----

À Exma. Família endereçamos as mais sentidas condolências.” -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Faleceu no passado dia 7 de fevereiro de 2020, João Malaca Casteleiro. Natural do Teixoso, licenciou-se em Filologia Romântica em 1961, tendo obtido o doutoramento pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1979, com uma dissertação sobre a SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA. -----

Professor Catedrático da Faculdade de Letras desde 1981 e membro da Academia de Ciências de Lisboa. Foi Diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica. Presidiu não só ao Conselho da Faculdade de Letras entre 1984 e 1987 como também ao Instituto de Lexicologia e Lexicografia entre 1991 a 2008. Em 2001 foi feito Grande - Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. -----

Foi um dos linguistas que mais contribuiu para o novo acordo ortográfico celebrado entre Portugal e o Brasil. Nas horas livres foi agricultor na região. Pessoa simples, humana, inteligente e afável deixou assim um impressionante curriculum na área da língua portuguesa, que muito honra a sua adorada vila do Teixoso, a cidade da Covilhã, a região e o país. -----

Propomos que seja aprovado um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Prof. Doutor João Malaca Casteleiro. -----

Caso tal voto seja aprovado, deverá ser dado conhecimento a sua família.”-----

O Presidente do Grupo Parlamentar "De Novo Covilhã" -----

“Faleceu no passado dia 7 de Fevereiro o Prof. Doutor João Malaca Casteleiro. Ilustre professor e linguista português internacionalmente reconhecido. Natural do Teixoso, licenciou-se em 1961 em Filologia Romântica, viria a doutorar-se em 1979 pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. -----

Foi um dos principais responsáveis pela negociação e elaboração do Acordo Ortográfico de 1990, a cuja defesa dedicou uma parte importante da sua vida cívica e académica. Promoveu e defendeu a Língua Portuguesa no mundo e foi também o coordenador científico do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, editado pela Academia das Ciências de Lisboa. -----

Foi Prof. Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e docente convidado da Universidade de Macau e da Universidade da Beira Interior. O reconhecimento do seu percurso valeu-lhe a atribuição de diversos prémios e condecorações, de onde se destaca a atribuição pelo Governo Francês do Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, em 1986, ou o agraciamento pelo Presidente da Republica com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique em 2001. Também a sua terra lhe deu o devido reconhecimento, tendo-o agraciado em 20 de outubro 2001 com a Medalha de Mérito Municipal. -----

João Malaca Casteleiro nunca deixou de regressar à sua terra, sendo frequente a sua visita à casa que tinha em Orjais, afirmando as suas origens teixosenses junto de parte da família que continua a residir e viver na Covilhã. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, presta homenagem à memória de João Malaca Casteleiro, afirma o seu legado científico, reconhecendo-o como um dos grandes da nossa Covilhã e endereçando o seu sentido pesar à sua família, aos seus amigos e às várias instituições académicas a que se dedicou ao longo da sua vida.” -----

***“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, -----
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----
Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, -----
Senhores Vereadores, -----
Representantes dos órgãos de comunicação social, -----
Senhoras e Senhores Múncipes, -----***

Foi com grande consternação que tomámos conhecimento do falecimento, no passado dia 7 de fevereiro, do Prof. Doutor João Malaca Casteleiro, professor, investigador, linguista português e ilustre covilhanense, nascido no Teixoso, em 29 de agosto de 1936. -----

João Malaca Casteleiro licenciou-se em filologia românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Professor catedrático naquela faculdade desde 1981 e membro da Academia das Ciências de Lisboa, foi também diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987. Foi ainda presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia entre 1991 e 2008. Em 2001 foi feito

grande-oficial da Ordem do Infante D. Henrique. Foi também professor convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras. Ao longo da sua carreira de professor orientou mais de meia centena de teses de doutoramento e de mestrado. Em representação da Academia das Ciências de Lisboa, Malaca Casteleiro fez parte da delegação portuguesa ao Encontro de Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, realizado na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, em 1986, participou também no Anteprojeto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa, em 1988, assim como nos trabalhos que conduziram ao Acordo Ortográfico de 1990, firmado nesse ano, em Lisboa. -----

Pela exposição mediática do Acordo Ortográfico, é provável que venha a ser recordado por ter sido um dos principais responsáveis pela elaboração do respetivo acordo em 1990- que viria a entrar em vigor em Portugal em 2009. Mas mais significativa terá sido a coordenação científica do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa, que viria a ser publicado em 2001, resultante de 12 anos de trabalho. Refira-se que a elaboração do dicionário estava há 200 anos parada. -----

Por tudo isto, mas também pela excelência das suas qualidades humanas, o grupo municipal do CDS-PP propõe que a Assembleia Municipal da Covilhã delibere: -----

- 1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do Senhor Prof. Doutor João Malaca Casteleiro, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----*
- 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar. -----*

A representante do Grupo Municipal do CDS, -----

Graça Castelo-Branco" -----

*--- Colocado o Voto de Pesar à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em memória do Senhor Professor João Malaca Casteleiro.** -----*

*- **SENHOR ANTÓNIO ROCHA FREIRE** – 15 de fevereiro de 2020 -----*

"A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 06 de Março de 2020, presta sentida homenagem, ao Senhor António Rocha Freire, Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Cantar Galo, exprime o mais profundo pesar pelo seu falecimento e manifesta à sua família as mais sentidas condolências". -----

*--- Colocado o Voto de Pesar à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em memória do Senhor António Rocha Freire.** -----*

- **DOUTOR FERNANDO RAPOSO DE ALMEIDA** – 04 de março de 2020 -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 06 de março de 2020, presta sentida homenagem, ao Senhor Doutor Fernando Raposo de Almeida – Médico de Medicina Geral e Familiar que deu muito do seu saber e dedicação a todos os pacientes desta Cidade, exprime o mais profundo pesar pelo seu falecimento e manifesta à sua Família as mais sentidas condolências.” -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

No passado dia 4 de março, com 66 anos, faleceu Fernando Raposo Almeida. Médico de medicina geral e familiar, exerceu sua atividade no concelho da Covilhã, nomeadamente no Centro de Saúde da Covilhã e em instituições particulares de solidariedade social, nomeadamente no Ourondo e no seu consultório. -----

Foi o principal impulsionador da criação da Associação de Diabéticos da Serra da Estrela. -----

Médico competente, sempre procurou tratar com profissionalismo os seus pacientes. -----

Pessoa humana, educada e sensível, sempre procurou auxiliar quem mais precisava, nomeadamente pessoas com dificuldades económicas. -----

Deixa a sua marca na cidade e na região. Deixa Saudades. -----

Propomos que seja aprovado um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Dr. Fernando Raposo de Almeida. -----

Caso tal voto seja aprovado, deverá ser dado conhecimento a sua família, na pessoa da viúva, D. Fernanda Raposo.” -----

O Presidente do Grupo Parlamentar “De Novo Covilhã” -----

--- Colocado o **Voto de Pesar** à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade e guardado um minuto de silêncio em memória do Senhor Doutor Fernando Raposo de Almeida.** -----

1.2 – EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento e informação, o Projecto de Resolução n.º 148/XIV-1.ª "Estabelece o calendário para a instituição em concreto das Regiões Administrativas durante o ano de 2021"; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, o Projeto de Resolução n.º 30/XIV/1.ª - Reversão da privatização dos CTT; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, o Projeto de Resolução n.º 21/XIV/1.ª - Medidas para erradicar o uso do Glifosato; -----
- Email do CHEGA a acusar a receção da Moção "Pela eliminação da violência contra as mulheres"; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, a pergunta dirigida ao Ministério da Educação pelos Srs. Deputados Mariana Silva e José Luís Ferreira sobre a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, as duas Perguntas dirigidas ao Governo, através do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, pelos Senhores Deputados Bruno Dias sobre o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado e sobre o Direito à Habitação; -----
- Email do Gabinete do Primeiro Ministro a acusar a receção da Moção "Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da Moção "Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres"; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, a resposta do Ministro da Educação à pergunta, formulada pelos Senhores Deputados Mariana Silva e José Luís Ferreira, sobre Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta, dirigida ao Senhor Ministro de Estado e das Finanças pela Senhora Deputada Paula Santos, e a resposta do Governo sobre "Devolução do imposto Municipal sobre Transmissões"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a informar que apresentou um conjunto de propostas de alteração ao OE, na área das Autarquias Locais; -----
- Ofício n.º 614/2020 do Gabinete da Ministra da Saúde a acusar a receção do Voto de Protesto e a informar que as condições necessárias para a realização da Prova Nacional de acesso ao Internato Médico não eram as melhores e que após uma pesquisa de mercado foram identificados três locais: Coimbra – Caves de Coimbra; Lisboa – Centro de Congressos do Estoril e Porto – Alfândega do Porto; -----
- Email da Assembleia Municipal de Mangualde a remeter, para conhecimento, a Moção "Pela Abolição das Portagens na A25, A24 e A23"; -----
- Ofício n.º 55/2020 do Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade a acusar a receção da Moção "Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres" e louva o empenho da Covilhã e de todos os Órgãos Autárquicos no combate a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres; -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter o Projeto de Resolução n.º 148/XIV/1.ª que "estabelece o calendário para a instituição em concreto das Regiões Administrativas durante o ano de 2021";-----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, a pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente e Ação Climática pelos Senhores Deputados Mariana Silva e José Luís Ferreira sobre a Poluição no Rio Zêzere, na Freguesia da Barroca, Fundão. -----

--- O **Senhor Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** pediu a palavra para informar a Assembleia Municipal da Covilhã sobre o conjunto de propostas que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou relativamente ao Orçamento de Estado (**doc.01**) e disse: -----

"O expediente caracterizou-se muito com a receção de propostas em discussão na Assembleia da República a propósito do orçamento de Estado para 2020. -----

Do conjunto das comunicações que recebemos foram aprovadas 47 propostas do PCP, visando ultrapassar algumas das limitações da proposta apresentada pelo Governo, salientamos algumas, que nos são mais próximas: -----

Protecção Social -----

Aumento Extraordinário das Pensões -----

Em 2020, no mês seguinte à entrada em vigor do Orçamento do Estado, os reformados com pensões até 1,5 IAS (658,215 euros) terão um aumento de 10 euros e de 6 euros para as pensões com montante actualizado entre 2011 e 2015. -----

Gratuidade da creche para o 1.º escalão da comparticipação familiar e para o 2.º escalão de rendimentos a partir do segundo filho -----

Em 2020 é garantida a gratuidade da creche às famílias do 1.º escalão de rendimentos e às famílias do 2.º escalão de rendimentos, a partir do segundo filho. A aprovação desta proposta é um primeiro passo no sentido da gratuidade da creche para todas as crianças. -----

Na Covilhã..... -----

Prestação por incapacidade no âmbito da PSI (bombeiros e outros agentes de protecção civil) --

O Governo ficou obrigado a regulamentar as condições específicas de acesso à prestação social para a inclusão por pessoas com incapacidade que resulte de acidente ocorrido no âmbito de funções relacionadas com missões de protecção e socorro, designadamente bombeiros e outros agentes de protecção civil. -----

Saúde -----

Criação do Laboratório Nacional do Medicamento -----

Foi aprovada a criação do Laboratório Nacional do Medicamento. Medida de enorme alcance para que o país não fique refém dos interesses da indústria farmacêutica. -----

Reforço da resposta ao nível dos Cuidados Paliativos -----

A aprovação desta proposta permite alargar a capacidade de resposta ao nível dos cuidados paliativos, através da criação de um plano para dotar os hospitais de Equipas Intra-Hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos, da criação anual de pelo menos 20 Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos nos anos de 2020 e 2021, abrangendo o território nacional e assegurando pelo menos uma equipa por Agrupamento de Centros de Saúde. É ainda aprovada a criação de um plano de resposta de cuidados paliativos pediátricos em todos os serviços e departamentos de Pediatria do Serviço Nacional de Saúde. -----

Reconhecimento do Cuidador Informal -----

O Governo ficou obrigado até 30 de Junho de 2020 a criar, em cada Centro Distrital da Segurança Social, Gabinetes de Acolhimento ao Cuidador Informal com vista à concretização do processo de reconhecimento do Estatuto do Cuidador Informal. -----

Alargamento da participação ao sistema de perfusão contínua de insulina -----

A participação a 100% ao sistema de perfusão contínua de insulina é alargado a partir de 2020 aos utentes com idade igual ou inferior a 18 anos, bem como a todas as mulheres com diabetes Tipo 1, grávidas ou em preconceção, quando elegíveis e a partir de 2021 a todos os adultos com diabetes tipo 1, independentemente da idade. -----

Educação-----**Distribuição gratuita de manuais escolares novos no 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública do Ministério da Educação** -----

Ficou aprovado que no ano lectivo de 2020/2021 serão distribuídos gratuitamente manuais escolares novos a todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da rede pública de estabelecimentos de ensino. -----

Reforço do Programa de Bolsas de Criação Literária -----

Foi aprovada a duplicação das bolsas de apoio à criação literária. -----

Economia -----**Acerto de Contas nas Micro, Pequenas e Médias Empresas** -----

Fica possibilitado que quando uma micro empresa ou pequena empresa, tenha de proceder a um pagamento de imposto ou a um pagamento por conta, e, em simultâneo, se verifique que detém direitos de devolução de impostos, ainda não executados, poderá beneficiar de um acerto de contas com o Estado, apenas ficando obrigado a pagar a diferença verificada. -----

Transportes -----**Reforço do financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)** -----

Foi reforçado o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária para 138,6 milhões de euros, com o objectivo de assegurar para todo o ano de 2020 um montante equivalente ao previsto no OE2019 para nove meses (a partir de 01-04-2019). -----

Poder Local -----**Alteração à Lei de Finanças Locais** -----

São aprovadas duas alterações à Lei de Finanças Locais, uma clarificando que os municípios são auscultados antes da concessão ou da consagração legal de isenções fiscais, de impostos municipais; e a segunda visa resolver a impossibilidade de aceder aos fluxos financeiros pagos antes do encerramento do processo dos empréstimos devido à morosidade da sua tramitação e à necessidade de os projectos serem concretizados mais rapidamente. -----

Aquisição de bens objecto de contrato de locação -----

Ficou assegurado que, em 2020, os municípios poderão utilizar até 60% da margem de endividamento disponível, para utilização exclusiva na aquisição de bens objeto de contrato de locação com opção de compra, permitindo desta forma a poupança de recursos por parte das autarquias e a melhoria dos serviços prestados por estas. -----

Respeito pela Autonomia do Poder Local -----

Ficou clarificado que, na administração local, a responsabilidade do parecer prévio vinculativo, em matéria de contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa e avença, é dos respectivos órgãos e não do Governo. -----

Estes, entre outros, foram os contributos do PCP, na ação mais geral da recuperação de rendimentos, do aprofundamento de direitos e melhoria da qualidade e eficiência dos serviços públicos. -----

Disse. -----

Os eleitos do PCP” -----

INTERVENÇÕES LÍDERES

--- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** informou que, no presente dia 6 de março, “faz 99 anos o Partido Comunista Português. Não peço para cantarmos os parabéns, nem a Internacional, mas fica a nota.” -----

A Assembleia Municipal manifestou-se com uma salva de palmas. -----

- Retomou a palavra e fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 02)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exmo(s). Senhores e Senhoras Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

Covilhã – Uma Cidade e um Concelho adiado -----

O PSD/CDS endividou e aprofundou o compadrio e conflitos permanentes com agentes locais e regionais. -----

O PS mantém a dívida, continua com os compadrios, e promoveu o clima das falinhas mansas com os agentes locais e regionais, sem qualquer plano, eficácia ou eficiência. -----

Um concelho sem rumo. -----

Passados dois anos da eleição da Câmara e Assembleia Municipal impõe-se a reflexão sobre o exercício do poder pelo PS, que, recorde-se, tem a maioria no Executivo Municipal. -----

Sem qualquer plano estratégico de desenvolvimento o PS limita-se a gerir o Orçamento Municipal onde pesam as despesas com pessoal, com a aquisição de serviços e com a despesa da dívida. -----

Assume competências da Administração Central, esquecendo-se da equidade territorial e sem garantir os recursos financeiros para garantir o funcionamento das áreas transferidas. -----

A aquisição e renovação de equipamentos, máquinas e viaturas pressupõe o reforço operacional, rompendo, e bem, com o caminho da externalização dos serviços que tem consumido uma fatia generosa do orçamento municipal. -----

Vamos esperar para ver a eficiência e a eficácia da sua utilização. -----

O investimento é parco e as únicas obras existentes (simples requalificação de edifícios municipais e a ESFHP) têm cobertura de fundos comunitários e empréstimos bancários e concentram-se na cidade. -----

Ao longo dos seis anos de gestão do PS conhece-se uma obra lançada em mandato anterior, fora da cidade, a pavimentação da estrada Rio – Aldeia de S. Francisco de Assis. -----

A rede viária concelhia encontra-se degradada a necessitar de pavimento e não de meros remendos. -----

O parque habitacional municipal (a habitação social) encontra-se degradado, instalou-se o laxismo no pagamento das rendas (existem inquilinos com milhares de euros em dívida) e a Câmara não devolve os valores cobrados em excesso desde 2016. -----

Afirma o Senhor Presidente da Câmara Municipal que está a caminho um programa de requalificação energética que engloba a manutenção de cerca de 272, 273 casas, ou seja, um terço do parque habitacional, de 680 fogos. -----

A parca atividade municipal está muito centralizada na cidade com o abandono do resto das populações e território concelhio. -----

As taxas aplicadas nos vários serviços foram aumentadas em mais de 6% nos seis anos de gestão PS. -----

O IMI subiu acima dos 0,35 quando poderia ser reduzido para 0,30 aplicando-se o mesmo valor de 9 dos 11 municípios do Distrito. -----

Estamos em segundo lugar, no distrito, da taxa mais elevada. -----

A Taxa de Ocupação do Subsolo (TOS) manteve-se em valores que colocam o município da Covilhã, em 2020, em primeiro lugar a nível nacional, a uma distância significativa dos restantes. -----

A Fatura da água continua elevada, apesar de ser possível a sua revisão nomeadamente ao nível das taxas de saneamento e das taxas de resíduos cobrados. -----

É a mais elevada da região. -----

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, apreciado na última Assembleia Municipal, levanta o véu das dificuldades e constrangimentos existentes nas diferentes áreas municipais, mas não se conhece qualquer decisão resultante da análise feita no relatório, nem qualquer decisão quanto à revisão do PDM. -----

No âmbito da componente do apoio à educação pré-escolar e componente de apoio à família no 1º CEB poderiam e podem ser dados passos mais significativos no sentido da oferta gratuita dos serviços prestados às crianças. -----

Os serviços e apoios de outros concelhos limítrofes (Pampilhosa, Fundão e Belmonte) são mais significativos e tem levado os pais a inscrever os filhos nas suas escolas. -----

Exemplo máximo da incúria e inoperacionalidade é o estado dos sanitários públicos na cidade, exemplo de má gestão de equipamentos fundamentais à higiene pública, e de apoio a quem nos visita porque vendemos a marca Serra da Estrela, com ou sem carnaval na neve. -----

Na cultura promovem-se eventos pontuais financiando os grupos participantes e aprovam-se subsídios a instituições, que os merecem pela sua atividade de produção de cultura e pela qualidade demonstrada. -----

Porém, à semelhança do desporto, não existe um rumo, um objetivo a atingir, ou seja, aumentar o número de munícipes (de Verdelhos a S. Jorge) que criam ou praticam, em áreas e atividades diversificadas, e que usufruem da atividade cultural e desportiva. -----

Não basta apoiar o existente é necessário ir mais longe. -----

Mas... mesmo aqui, uma visão centralizada. -----

Os eleitos da CDU, do PCP, têm procurado, com sentido crítico e responsável, participar com a proposta concreta na resolução dos problemas e na elevação do bem estar dos nossos concidadãos.

Do conjunto das intervenções salientamos: -----

Ao estado degradado das vias municipais, temos proposto a elaboração de um plano municipal de requalificação (piso e sinalização); -----

Ao estado degradado da habitação social, temos proposto a urgente realização de trabalhos de manutenção e conservação; -----

Para a revitalização das freguesias, temos proposto o aproveitamento das linhas de água (de Verdelhos a Sobral de S. Miguel) enquanto recurso e espaços de lazer no verão; -----

Para o incentivo à fixação de população e aumento dos seus rendimentos, temos apresentado propostas para a redução do IMI para os valores mínimos previstos na Lei e propostas para a redução da fatura de água pela revisão dos valores da água consumida, taxas de saneamento e de resíduos sólidos. -----

Temos proposto a extinção da TOS (Taxa de Ocupação de Subsolo) cobrada na fatura do gás canalizado; -----

Defendemos a criação do passe único (30€) nos transportes urbanos concelhios com utilização dos serviços de todos operadores existentes; -----

Para o apoio às famílias e deixar rendimento disponível no seu bolso temos defendido a oferta gratuita da componente de apoio à família no pré-escolar e 1º Ciclo; -----

Para o bem estar das populações temos proposto a urgente manutenção, conservação e vigilância dos sanitários públicos, assegurando-se um serviço público de qualidade ao nível da higiene pública e a intervenção urgente na requalificação dos passeios da Avenida 25 de Abril e Bairro da Estação, possibilitando a utilização dos mesmos e em especial dos cidadãos com mobilidade reduzida; -----

Para o bem estar, criação e usufruto da cultura e aumento dos níveis de saúde da nossa população, temos defendido a implementação de programas de desenvolvimento desportivo e cultural em colaboração estreita com as coletividades do concelho; -----

A solução futura? -----

A CDU – Pois claro – porque tem projeto autárquico, tem eleitos experientes, não vai em ondas e modas, não se subjeta ao poder central, defende a população e promove o desenvolvimento. -----

Disse.” -----

--- O Senhor **Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD)**, antes de iniciar a sua intervenção, informou que, “como profissional da saúde, a qualquer momento posso ter que sair. De maneira que peço desculpa.

Já entreguei aquilo que irei ler, mas se tiver que sair não levem a mal. Não é por desrespeito. -----

Assim como pedia alguma contenção nas intervenções e nas palavras porque quanto mais tempo aqui estivermos maior é o risco.

Isto é uma Assembleia que, na realidade, não podia ser adiada. Tinha que ser feita.

Na maior parte dos países da Europa estas reuniões, com este número de presenças, já não estão autorizadas. Estão desaconselhadas, quer pela Ordem dos Médicos e do seu Colégio da Especialidade, quer pela Direção Geral de Saúde.” -----

De seguida, deu início à intervenção que, a seguir, se transcreve: **(doc.03)** -----

“*Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e respetivos membros da mesa da Assembleia,* -----

Senhor Presidente do Município e respetivo Executivo, -----
Caras e caros membros da Assembleia Municipal, -----

Após as últimas assembleias municipais, é nesta Assembleia Municipal que iremos discutir o tão aclamado Plano de Mobilidade, tão amplamente falado, mas tão pouco discutido. O PSD já o abordou, em diversas Assembleias Municipais, nomeadamente algumas das opções realizadas num plano que se quer abrangente, mas que se esquece de algumas preocupações. -----

Na reunião de 20 de setembro de 2019 da Assembleia Municipal da Covilhã, o grupo parlamentar do PSD salientou que um "Plano de Mobilidade não deve sacrificar o património. Deve antes respeitá-lo e, se possível, valorizá-lo". -----

Nessa reunião, Marco Aurélio eleito pelo PSD, apresentou o caso que aqui outra vez se expõe. ----

Em frente ao largo da Capela do Calvário na Covilhã instalou-se um posto de carregamento para bicicletas elétricas. -----

Esta instalação representa um atentado ao património naquela que é uma das entradas para as muralhas da cidade da Covilhã. Este imóvel, classificado como de interesse público, passou a ter à porta um posto de carregamento de bicicletas elétricas com os prejuízos inerentes a esta situação.

A confirmação de imóvel de interesse público esta bem explícito no site da Direção Regional de Cultura do Centro (ver aqui: <https://geo.patrimoniocultural.pt>) -----

Na imagem estão assinaladas as muralhas da cidade, classificadas como de interesse público, e consegue entender-se porque não deve ser instalado naquele local um posto de carregamento de bicicletas. -----

Na referida reunião da Assembleia Municipal da Covilhã o eleito social-democrata Marco Aurélio questionou o Presidente da Câmara da Covilhã sobre esta instalação e perguntou se as entidades competentes tinham sido consultadas autorizando aquela instalação? -----

O Presidente da Câmara da Covilhã afirmou que tinha um parecer favorável da Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) para a instalação do posto de carregamento. Entregou cópia do parecer durante a reunião da AMC (ver anexo) por requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PSD. -----

Contrariamente ao que disse o Presidente da Câmara da Covilhã no documento da DRCC não existe parecer favorável para a instalação do posto de carregamento de bicicletas junto à muralha da Covilhã. Nada é dito sobre esta localização. O que diz o parecer é que podem ser instalados postos de carregamento junto aos edifícios da Câmara da Covilhã, Teatro-Cine, Caixa Geral de Depósitos e dos CTT. Apenas e só junto a estes edifícios que nada têm a ver com este local. -----

O Presidente da Câmara da Covilhã exhibe uma crescente e preocupante falta de rigor nos temas de que fala. Acrescente-se a falta de humildade para reconhecer mais um erro juntando prova que valoriza a culpa na escolha desta localização. -----

É suposto que um "plano", de que o Partido Socialista fala há mais de 4 anos, supostamente visto e revisto em pormenor, apresente falhas como esta. -----

O Plano de Mobilidade da Covilhã de que o partido socialista e o seu presidente não se cansam de falar apresenta-se a cada dia que passa como um somatório de erros. Este caso é ilustrativo do que afirmamos ao nível da proteção do património. -----

Veja-se também o caso da falta de postos de abastecimento de veículos elétricos no Concelho da Covilhã ao nível de concelhos dez vezes mais pequenos como Oleiros. Onde a única candidatura apresentada pela União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila de Carvalho teve de ser retirada devido à falta de apoio da Câmara Municipal da Covilhã que agora quer aprovar um Plano de Mobilidade moderno. Esperamos que o presidente da Junta de Freguesia de Cantar-Galo e Vila de Carvalho seja coerente e mantenha a mesma opinião manifestada na altura. -----

Mas não é só de mobilidade que gostaríamos de falar, também queríamos falar dos buracos das nossas estradas e dos nossos passeios. Ficámos extremamente contentes aquando da aquisição da nova máquina para tapar os inúmeros buracos da falta de manutenção das nossas estradas, mas agora a sua utilização, pelas queixas que recebemos deve ser nula. Mas ficamos sempre contentes, quando em pleno Carnaval as máquinas da Câmara da Covilhã estão expostas no Pelourinho, em vez de estarem preparadas para o seu trabalho diário. -----

Trabalho diário que, no nosso Concelho está a ser feito pelos nossos concidadãos que se disponibilizam para trabalhar e para pagar o arranjo de passeios numa mostra clara de incapacidade municipal de resolver os problemas do Concelho. -----

Some-se a isto a famosa Ciclovía que tão utilizada ficou sem tinta, em mais um episódio dantesco de passa culpa. Só sabemos que a culpa na Covilhã morre sempre solteira. E o problema como se resolve? Será com outra camada de tinta? -----

Tinta essa que não tem faltado para falar da Comunidade intermunicipal. -----

Senhor Presidente, não entende que este seria o fórum correto para abordarmos o posicionamento do Concelho nesta discussão e quiçá lançar as bases para uma correta abordagem ao posicionamento da Covilhã na região e na forma como poderia assumir a liderança, de uma vez por todas? Em vez de discussões estéreis sobre lideranças provisórias e sede físicas? -----

Covilhã, 06 de maro de 2020, -----

Os Eleitos do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã” -----

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(doc.04)** -----

“Exmo Sr Presidente da Assembleia Municipal e demais elementos da mesa -----

Exmo Sr Presidente da Câmara -----

Exma Sra vereadora e demais vereadores -----

Exmo Sr Provedor -----

Exmos Srs e sras membros da Assembleia Municipal -----

Exmos Sr e sras presidentes de junta, comunicação social, publico presente -----

Caros concidadãos, -----

Há uma coisa clara: quem prometeu acabar com as portagens, e fez disso programa, mentiu. Dizem hoje o que todos sabiam: que é muito difícil acabar com as portagens, que infelizmente ainda não vai ser possível. Descobriram isso agora, depois de 4 anos no Governo? Não. Mentiram. Enganaram. -----

Hoje vêm dizer que a redução já é qualquer coisa. Talvez seja. Mas não a suficiente para esquecer ou esconder a mentira. E não, não é suficiente: teria sido preferível fazer o que o CDS propôs: desconto fiscal, um estatuto fiscal para quem cá vive. Mas não, este governo dá migalhas. E pior, ainda nos ofende quando dá uns euros a quem quiser vir viver para cá. E quem cá vive, e resiste, recebe o quê? Não recebe nada. -----

Desde que se iniciou o debate sobre a transferência de competências do estado central para as autarquias sempre o CDS-PP se manifestou contra este processo, consideramos a descentralização algo fundamental mas não feita desta forma. -----

A educação sempre foi um dos pontos que mais preocupação nos gerou. Esta assembleia decidiu, em linha com o que propôs o executivo camarário, aceitar desde a primeira hora esta nova competência, e todos ouvimos aqui dizer-se, venham as competências se depois não houver dinheiro para as executar da melhor forma preferimos assumir isso. -----

Pois bem, denunciámos em janeiro, os atrasos com as transferências de verbas para as escolas referentes às suas despesas correntes, esse problema foi assumido pelo executivo, como sendo uma falha técnica relacionada com o procedimento e não como a falta de verbas para que se realizassem essas transferências, uma vez que os salários dos funcionários que transitaram por força deste processo para a autarquia foram todos assegurados. -----

Apesar de esta competência, não se incluir no primeiro lote de competências a transferir, apenas nos pronunciamos sobre o tema na assembleia municipal de 28 de junho de 2019, a responsabilidade por estas transferências apenas chegou ao município em janeiro deste ano, com o início da execução do orçamento de estado e da autarquia que já prevêem estas competências.

Teve a autarquia sensivelmente meio ano para preparar todo este processo e ainda assim falhou. -----

Nos dias que correm estamos a braços com uma epidemia relacionada com o novo Coronavírus, não sou a pessoa mais capacitada para falar sobre o tema, mas sigo os conselhos que me vão chegando por forma a tentar minimizar a possibilidade de contágio a mim e aqueles que me rodeiam, sem alarmismos ou grandes alterações nas nossas rotinas diárias. -----

Esta semana chegou até nós a denúncia de que não existe material nas escolas para que os alunos do concelho possam lavar as mãos de forma correta. Essa que é uma das medidas principais para a prevenção do contágio. -----

A falta destes produtos decorre do atraso nestas transferências. -----

Alertamos vezes sem conta para os riscos que estaríamos a correr ao querer estar neste primeiro grupo de municípios a assumir estas competências. Aqui temos os resultados. -----

Tenho dito! -----

*João Vasco Caldeira -----
Líder de Bancada do CDS-Partido Popular -----
Covilhã, 6 de março de 2020” -----*

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a seguinte intervenção: **(doc.05)** -----

*“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----
Exmos. Deputados Municipais. -----
Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----*

No passado mês de fevereiro a Assembleia da República e por maioria, aprovou na generalidade projetos de leis relacionados com a EUTANÁSIA. -----

A eutanásia é um tema transversal da sociedade portuguesa é controvertido, sensível, delicado e como tal merecedor de uma adequada e serena análise, aferição e ponderação. -----

Entendemos que tal temática deveria ter um debate nacional e não ficar restrito às paredes do edifício da Assembleia da República, chamando a atenção para o facto e aquando do último ato eleitoral e para além de não constar em muitos programas eleitorais dos partidos políticos concorrentes, não ter sido objeto de debate entre os partidos concorrentes. -----

Pretende-se legalizar a eutanásia, num país onde não há uma rede nacional de cuidados paliativos. -----

Pretende-se legalizar a eutanásia, num país em que faltam médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, técnicos de diagnósticos. -----

Pretende-se legalizar a eutanásia quando há cidadãos a aguardar por uma cirurgia há longos meses e até anos. -----

Pretende-se legalizar a eutanásia quando o SNS passa por uma enorme crise. -----

Pretende-se legalizar a eutanásia quando os cidadãos têm cada vez mais dificuldades em encontrar locais (lares) disponíveis para acolher os seus familiares a necessitar de cuidados especiais. -----

Pretende-se legalizar a eutanásia, não por ser uma prioridade para os portugueses, mas sim, porque é, ou foi uma prioridade para alguns iluminados deste País. -----

Na minha opinião esteve mal a Assembleia da República. -----

Reitero que esta temática deveria merecer uma grande reflexão na sociedade portuguesa, o que não sucedeu. E não esqueçamos que as maiorias de hoje, podem ser as minorias de amanhã. -----

*Sinceramente os deputados deveriam estar preocupados em debater e analisar questões que sejam prioritárias para os portugueses. A eutanásia pode **ser prioritária para alguns**, mas **não é decerto para a maioria**.* -----

Já agora, porque não discutem os senhores deputados um plano nacional de cuidados paliativos?

Porque não discutem os Srs. deputados a reforma da Segurança Social de forma a possibilitar a sustentabilidade do sistema para as gerações futuras? -----

Porque não discutem os Srs. deputados um regime de incentivos que permita mais médicos, enfermeiros e fisioterapeutas aos doentes que necessitam de cuidados paliativos? -----

Não se admirem assim Srs. Deputados que haja cada vez menos cidadãos a votar. É preciso dar o exemplo e colocar os interesses dos portugueses acima dos interesses partidários. -----

O Presidente do Grupo Parlamentar -----

"De Novo Covilhã" -----

Luís Manuel Carreira Fiadeiro" -----

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** cumprimentou todos os presentes e informou que iria fazer a sua intervenção com uma abordagem Local e outra Nacional como era habitual. -----

"Saudar a aprovação do Orçamento de Estado para 2020. É o primeiro Orçamento desta nova legislatura com uma nova configuração da Assembleia da República. Ainda assim, e pese embora o Partido Socialista não tenha a maioria na Assembleia da República, conseguiu, com engenho e arte, os acordos parlamentares necessários que permitiram a viabilização do Orçamento. -----

É um orçamento que, à semelhança daquilo que vinha acontecendo no passado, vem de encontro àquilo que são os objetivos anunciados pelo Partido Socialista, nomeadamente na estabilização financeira das contas públicas, mas também naquilo que é a devolução da capacidade e rendimentos às nossas populações. -----

É, portanto, um Orçamento de Estado que cumpre e honra aquilo que são os compromissos eleitorais do Partido Socialista, mas que vai mais longe, nomeadamente naquilo que são a diferenciação em relação ao Interior do País. -----

É um Orçamento de Estado que prevê um conjunto de medidas que, do nosso ponto de vista, são insuficientes, mas que vão no caminho certo. Um conjunto de medidas que procura atacar o problema do despovoamento e da desertificação do Interior, que procura criar condições e incentivar a mobilidade para estes territórios. -----

Ora, do nosso ponto de vista Local e da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã, são medidas insuficientes. É preciso aprofundar; é preciso ir mais longe; é preciso outras medidas; mas são medidas que vão no caminho certo e estamos hoje melhor do que estávamos no dia antes destas medidas serem aprovadas. -----

É, nesta Casa da Democracia, o sítio correto para assinalarmos e saudarmos a aprovação do Orçamento de Estado e a atitude de responsabilidade na Assembleia da República que conduziu a este resultado. -----

Por outro lado, e eu não resisto (não era para fazer esta nota), mas com a intervenção do Senhor Deputado que me antecedeu sobre a eutanásia, não posso deixar de a fazer, saudando a aprovação desta Lei. Eu espero, pessoalmente, que nem eu nem nenhum de nós que aqui estamos e ninguém da nossa família, ter um dia o drama de decidir sobre isto. Eu próprio não sei como iria decidir num caso pessoal, mas sei que se tivesse estado na Assembleia da República naquele dia eu teria votado favoravelmente. Porquê? Porque, com as condições em que o doente está, tipificado pela Lei, não reconheço ao Estado o direito de o condenar a viver naquele corpo. -----

Uma pessoa, um doente em fase terminal, sem nenhuma hipótese de recuperação nem nenhuma expectativa de melhoria, perfeitamente consciente, lúcido e capaz de decidir sobre a sua vida e que entenda que não tem dignidade suficiente e não tem condições para prolongar mais a sua vida, sabendo que a única coisa que o espera é aguentar e esperar a morte, sem outra expectativa de cura, eu não reconheço ao Estado o direito de dizer a esse doente, a obrigá-lo, a condená-lo a ficar preso do seu próprio corpo. -----

Aquilo que se está aqui a dizer não é obrigar ninguém a tomar essa opção. É dar apenas a possibilidade às pessoas que assim o entendam de lhes dar dignidade e o direito de o fazer. -----

Portanto, quero saudar também a aprovação dessa medida. -----

Depois falando de questões mais locais – Queria também, em nome da Bancada do Partido Socialista e com a autoridade moral de quem acaba de alguma forma elogiar o Governo por um conjunto de medidas, fazer uma crítica ao Governo. E fazer uma crítica ao Governo de um assunto que já veio a esta Assembleia. -----

No final do ano passado, aprovámos nesta Assembleia uma Moção de Protesto acerca da deslocalização da realização dos exames da especialidade médica que eram feitos até então também na Covilhã na Universidade da Beira Interior, através do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira. Por decisão do Ministério da Saúde, eles passaram a ser concentrados em três sítios no País, a saber em Lisboa, no Porto e em Coimbra. -----

Por iniciativa do Partido Socialista, juntamente com outras Bancadas, aprovámos uma Moção de Protesto sobre este assunto que foi enviada ao Senhor Primeiro Ministro, à Ministra da Saúde e a um conjunto de outras Entidades. Essas entidades responderam e temos aqui a resposta que o Senhor Presidente da Assembleia mandou para todos os Deputados Municipais. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, -----

Eu quero dizer que o Partido Socialista da Covilhã não se revê nesta resposta. E quer dizê-lo, com toda a franqueza e frontalidade. -----

A Senhora Ministra, através da sua Chefe de Gabinete, vem responder dizendo que este é um assunto que, nos últimos anos, trazia problemas e existem um conjunto de regras que devem ser cumpridas para que estes exames sejam feitos de forma correta. Assim, o Ministério nomeou uma

Comissão de Especialistas que reuniu, analisou o assunto, viu o que era necessário e vem dizer que é preciso assegurar um conjunto de condições para que estes exames sejam feitos de forma célere, transparente e inequívoca em todo o território nacional. -----

E quais são as condições? Conforto físico do candidato; homogeneidade das infraestruturas e eliminação das quebras de segurança na administração da prova. Depois, vêm-nos dizer que as salas deveriam ter um plano horizontal, a utilização de mesas horizontais com espaço para suporte de livros, presença de um relógio de parede, condições de climatização homogénea, sala de grande dimensão para facilitar a circulação, adequados fluxos para grandes utilizadores e acesso a transportes públicos. -----

Com estas condições, vêm-nos dizer que não temos condições para ter os exames e que os exames se têm que concentrar em Lisboa, Porto e Coimbra. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Nós não concordamos com isto! -----

Não é pelo facto de ser um Governo do Partido Socialista que esta Bancada, nesta Assembleia Municipal, aceita sem protesto esta resposta e queremos dizer aqui à Senhora Ministra e convidar nomeadamente os elementos desta Comissão a virem à Covilhã, ao Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira, à Universidade da Beira Interior, ao nosso território conhecer as condições que temos para fazer este tipo de serviço. Não tenho dúvida nenhuma que cumprimos todos estes critérios que aqui estão e, portanto, fica lavrado o nosso protesto da Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia. -----

Muito obrigado.” -----

INTERVENÇÕES

--- Foi concedido o uso da palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

--- O Senhor **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)** fez uma intervenção sobre a vida autárquica que, a seguir, se transcreve: **(Doc.06)** -----

“Caras e Caros Senhores, -----

Considerem-se todos cumprimentados na pessoa do senhor presidente da mesa da assembleia, Dr. João Casteleiro, -----

Dirijo-me hoje a todos no sentido de desencadear um debate público alargado sobre o ponto de situação da estrada de ligação de Cortes do Meio - Penhas da Saúde, numa extensão de aproximadamente 8500 metros. -----

Como é do V. conhecimento, esta foi uma obra prometida ao longo dos últimos mandatos

autárquicos, transversal a diversas forças políticas, de reconhecida importância para todos, mas que por razões que desconhecemos continua hoje, passados mais de 20 anos, por realizar. -----

A razão que me impulsiona a trazer este assunto a debate nesta assembleia é o facto de acreditar piamente que estão hoje, mais do que nunca, reunidas todas as condições para que esta obra seja, finalmente, uma realidade. **Senão vejamos:** -----

A Junta de Freguesia e Câmara Municipal gastaram, nos últimos anos, mais de 1 milhão de euros na abertura, melhoramento e manutenção desta via. Já neste mandato, a Junta de Freguesia, sem participação do Município, gastou ali mais de 300 mil euros, que permitiu deixar 5.7km da estrada pronta a ser asfaltada, com aplicação de toutvenant, abertura de valetas e construção de aquedutos. Nos 2.8km restantes, por via da construção das acessibilidades ao miradouro do alto dos livros, o asfaltamento será uma realidade. -----

A cada dia que passa, o troço da estrada intervencionada pela Junta de Freguesia está a degradar-se, ao ponto que, daqui a uns meses tudo o que lá se gastou tenha sido em vão, onerando ainda mais a obra. -----

Senhor Presidente Vítor Pereira e caros membros da Assembleia - O não asfaltamento dos 5700 metros restantes não serão, sob o ponto de vista da gestão de dinheiros públicos, um claro exemplo de má gestão? -----

Nós entendemos que sim e o Senhor Presidente também, atendendo às palavras que proferiu há dois anos na inauguração da sede da junta de freguesia de Cortes do Meio, e que vou parafrasear: "**É danoso se não conseguirmos alcatroar porque o trabalho que já foi feito é muito importante e não queremos desperdiça-lo**"...disse mais: "**Do ponto de vista político existe preocupação porque a preservação daquilo que já foi feito é um princípio de boa gestão**". -----

Em todos estes anos de promessas de concretização da estrada, sempre ouvimos as mesmas desculpas...a obra é muito onerosa para a Câmara...ou não há dinheiro disponível para essa via...ou temos de priorizar...etc. etc. -----

Senhor Presidente Vítor Pereira e caros membros da Assembleia - O asfaltamento do troço dos 5700 metros custará entre 250 a 300 mil euros. A pergunta que se impõe é: Serão 250 mil euros tanto dinheiro para o Município, depois de tudo o que já lá foi investido? Tendo em conta os valores em causa, alegar dificuldades financeiras para o não asfaltamento desta via, além de ser descabido, não é aceitável, até porque a freguesia está disponível para participar. -----

Senhor Presidente Vítor Pereira e caros membros da Assembleia - Estamos a pedir tostões onde já foram investidos milhões. -----

Senhor Presidente Vítor Pereira e caros membros da Assembleia - Se não tivermos coragem para gastarmos tostões irão perder-se milhões. -----

Senhor Presidente Vítor Pereira e caros membros da Assembleia - A não realização desta obra, será um erro estratégico colossal para o concelho da Covilhã, mormente para a sua zona sul. Esta obra não é nenhum capricho nem nenhuma obstinação da freguesia de Cortes do Meio. -----

A zona sul do concelho merece uma oportunidade para capitalizar todo o seu potencial económico, principalmente ao nível turístico, paisagístico, ambiental e gastronómico. Verificámos nos últimos anos um crescimento exponencial de actividades económicas de cariz turístico, na zona sul do concelho da Covilhã, com uma oferta de mais de 3 centenas de camas, dispersas pelas unidades hoteleiras, alojamentos locais e TER. Não esquecendo porém todos os investimentos que estão em andamento, onde destaco nas Cortes o Estrelódromo, a Wool Land, no Paul - "Cherry delight house", no Barco - "Quinta da Recheira", e demais investimentos no couto mineiro, entre muitos outros. Estes empreendimentos precisam desta via para prosperar e para criar um efeito multiplicador de outros investimentos. -----

Senhor Presidente Vítor Pereira e caros membros da Assembleia – Quando tantas vezes somos críticos para as políticas do poder central, face à falta de combate às assimetrias entre litoral e interior, não merecerá também a zona sul do Concelho, iminentemente rural, uma oportunidade de aproveitar a marca Serra da Estrela e colocar-se no mesmo patamar das freguesias em redor da cidade? -----

A construção desta via é uma oportunidade única de desenvolvimento para a zona sul do concelho. Alguém aqui presente, iria perceber se o asfaltamento se limitasse ao troço entre a EN 339 e o miradouro do alto dos livros? Quando todos falamos (e bem) sobre o desenvolvimento harmonioso de todo o concelho, estaríamos a fazer o contrário daquilo que defendemos e a castrar o acesso ao miradouro e ao maciço central a todos os que circulam na zona sul do concelho. Seria isto compreensível? -----

Senhor Presidente Vítor Pereira e caros membros da Assembleia - É ainda reconhecido por todos os agentes económicos que o concelho da Covilhã necessita de uma via alternativa de acesso ao maciço central da Serra da Estrela. A via Cortes do Meio - Penhas da Saúde cumpre os critérios técnicos, de segurança, estratégicos e orográficos. Não tem declives acentuados, entronca na EN339 em zona sempre transitável e é uma verdadeira alternativa transitável em caso de ocorrência grave na EN339 que impossibilite a circulação entre as Penhas da Saúde e a Covilhã. --

Senhor Presidente Vítor Pereira, precisamos de um sinal claro por parte do Município a que preside que tem vontade de terminar esta obra neste mandato. -----

Em Cortes do Meio, não somos gestores de expectativas. O trabalho que humildemente temos vindo a desenvolver é prova disso. Pela proximidade que temos com as pessoas, somos obrigados a ser sinceros, a dar a cara, a cumprir o que prometemos. Esperamos a mesma postura do Município. -----

Senhor Presidente Vítor Pereira, sei que é um homem ponderado, de consensos e com a sensibilidade suficiente para entender que a realização desta obra é prioritária e uma real necessidade para o sul do concelho. Não estamos aqui a pedir a construção de uma via. Estamos a pedir a sua conclusão. Estamos a pedir uma verdadeira via alternativa à Serra da Estrela, estamos a pedir uma via que irá trazer benefício económico incalculável a toda a zona sul do concelho e estamos acima de tudo a querer que se faça boa gestão dos dinheiros públicos, poupando milhões, gastando tostões. -----

Pedimos acima de tudo discernimento e sensatez. Está nas suas mãos a concretização desta fundamental obra para o concelho da Covilhã! -----

Disse.” -----

--- O Senhor **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)** apresentou uma Moção com o seguinte teor: **(Doc.07)** -----

**“Moção - Dia Internacional da Mulher – 8 de Março -----
Um dia incontornável no caminho de uma sociedade justa, livre de desigualdades e discriminações -----**

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhora e Senhores Vereadores, -----

Exma(s) Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, -----

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

O Dia Internacional da Mulher está historicamente ligado à luta das mulheres trabalhadoras pela sua emancipação política, económica, social e cultural. -----

Ao longo de mais de um século, desde a aprovação, em Copenhaga no ano de 1910, durante a 2.ª Conferência Internacional de Mulheres, de um Dia Internacional da Mulher, são inúmeros os exemplos em que este dia se eleva como manifestação e luta pelas mais justas aspirações das mulheres de todo o mundo, um dia de ação das mulheres pelos seus direitos próprios e contra todas as formas de discriminação. -----

Os objetivos que estiveram na origem da instituição do Dia Internacional da Mulher mantêm-se, infelizmente, atuais: a sociedade em que vivemos é marcada pelo triunfo de desigualdades, pela gigantesca desproporção entre os poucos detentores da riqueza e os muitos milhões de homens, mulheres e crianças que nada têm. Milhões de mulheres no mundo não têm garantida a sua sobrevivência nem a das suas crianças. São as primeiras vítimas dos conflitos armados e das guerras. -----

O 8 de Março assume-se também pelo facto, de transportar para o tempo presente, um património histórico de luta das mulheres pela sua emancipação, com reivindicações específicas, que constitui um fator de enriquecimento de uma luta comum a homens e mulheres pela transformação social. Trata-se de uma data histórica, mas essencialmente, é um dia para assinalar uma luta que é de todos (mulheres e homens) e de todos os dias. -----

O poder local democrático tem assumido um importante papel no assinalar desta data desde as primeiras comemorações do 8 de março em liberdade, em 1975. O poder local pode ter, se para tal houver sensibilidade, especial relevo na promoção dos valores da igualdade de direitos das mulheres, ancorados nos valores de Abril e nos princípios e direitos consagrados na Constituição

da República Portuguesa. Nas suas esferas de competência, as autarquias...algumas delas..., têm tido um papel importante, na promoção dos direitos das mulheres, na valorização da sua participação como parte integrante da vida e história locais. Ainda que muito haja, todavia, a fazer noutros e no nosso município. -----

Assim... -----

Neste órgão autárquico, queremos saudar as mulheres portuguesas e em particular as que vivem, trabalham e estudam no concelho da Covilhã. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 6 de Março de 2020, apela, principalmente às mulheres, mas também aos homens imbuídos de sentido democrático, para que, com a sua determinação, coragem e confiança no futuro, comemorem o Dia Internacional da Mulher, honrando todas e todos os que lutam por uma sociedade justa, livre de desigualdades e de discriminações, todos os dias. -----

Os proponentes: -----

Eleitos do PCP” -----

--- Colocada à votação, a **Moção - Dia Internacional da Mulher – 8 de Março** foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**, cumprimentando todos os presentes, referiu que não podia deixar de se pronunciar sobre a eutanásia, apesar de o Colega de Bancada já o ter feito, porque era uma questão que lhe era muito cara. -----

“Independentemente do aborrecimento que possam sentir relativamente a isto, a verdade é que é uma questão que me é muito cara. -----

Verificamos que existem pessoas que agora defende o referendo que, há pouco tempo, não defendiam referendo nenhum, porque percebiam que tinham uma maioria que lhes era favorável na Assembleia. -----

Agora, como a maioria já não é favorável na Assembleia ao não, entendem que já deve haver um referendo, que é a única forma de, porventura, impedirem a aprovação de uma lei neste sentido.

A questão que eu acho mais gravosa, nesta problemática da eutanásia, acho que é uma questão de uma certa arrogância intelectual. É assim que encaro as coisas. -----

Acho que, quando falamos de eutanásia, não falamos da aplicação compulsiva da eutanásia; não falamos de uma pena de morte. O que falamos é de dar a liberdade e a tolerância a cada um de decidir sobre si próprio e de tomar uma decisão cujas consequências incidem sobre si próprio exclusivamente. -----

Quando nós defendemos que não deve ser permitida a eutanásia ou estamos a defender o referendo para com isso impedir que haja a eutanásia, é dizer que a minha decisão sobre a vida do outro é muito mais importante do que a decisão que ele próprio toma para si. E esta é que eu acho que é a questão fundamental da eutanásia. É uma questão de liberdade e de tolerância e não é uma coisa de aplicação compulsiva. A gente, às vezes, parece que está a falar que seja uma coisa de aplicação compulsiva. Não. Cada um tem que ter o direito de tomar a sua decisão! -----

E esta questão da arrogância de a gente achar que eu posso decidir sobre aquilo que é a opção do outro, quando as consequências são para ele, acho que é uma coisa que a mim me custa sinceramente. -----

Num país democrático e num país sobretudo de direito, custa-me entender esta arrogância de achar que a minha decisão é mais importante e ponderosa do que a decisão que o outro tem sobre si próprio. -----

Disse.” -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (PCP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez uma intervenção sobre a Regionalização e apresentou uma Moção pela Criação das Regiões Administrativas que, a seguir, se transcrevem: -----

“Das Comarcas do século XV às Províncias a partir do século XVI; do Reino do Algarve ou dos Algarves; das Províncias, Comarcas e Concelhos de 1832, logo substituída pelos Distritos, mantendo as próprias Províncias. -----

Já no Século XX, a Constituição de 33 consagrou efetivamente Províncias e criadas em 1936 baseadas nos estudos do geografo Amorim Girão. -----

Em 76, a Regionalização, em franca competição com o novo aeroporto para ver qual demora mais a fazer, foi consagrada. Acabaram os Distritos, o Governador Civil, mas a Regionalização, nada! ---

Já no Século XXI, pela reforma Relvas, foram implementadas as áreas metropolitanas com 350 mil habitantes e as Comunidades Intermunicipais que tinham como critério a continuidade territorial.

Critérios simplistas que tiveram que ser revistos em 2018. -----

Criou-se Lisboa e Porto, na perspetiva da centralização, e criaram-se as CIM. -----

Entretanto acabaram as NUT existentes em todos os estados da União Europeia, utilizadas para fins estatísticos. Só em Portugal as NUT não correspondem a poderes políticos eleitos diretamente.

Já em 2013, a Lei 75 veio estabelecer o regime as Entidades Intermunicipais onde, veja-se o cúmulo, é livre a associação, não havendo obrigatoriedade da continuidade territorial. Ou seja, quando se discute Beiras ou Serra da Estrela ou Beira Baixa, porque não Vale do Ave, em conjugação com os lanifícios?

A par das CIM's, está aí a transferência das competências que, afinal, talvez já não seja obrigatória para 2021. -----

É relativamente fácil perceber a falência desta estratégia como uma espécie de contratação do treinador ao rival quando o treinador, que era o nosso, também não funciona, apesar de já ser o 5.º nosso. -----

No mesmo dia em que se falou na eutanásia, muito se falou dela ou pouco, foi votada na Assembleia da República a criação de um processo que levasse à criação das Regiões Administrativas e passou completamente despercebido ao lado da Comunicação Social. -----

Assim como o Hélio Fazendeiro não reconhece ao Estado de condenar uma pessoa a viver num corpo doente, nós não devemos reconhecer ao Estado que condene o Interior, não à ortotanásia, de morte natural sem sofrimento, mas à distanásia lenta e dolorosa do Interior do nosso País. ----

Os censos estão à porta e talvez aí caia a ficha. A População do Distrito está com níveis de População do século XIX. -----

A Moção, em concreto, diz quatro coisas: -----

Nestes termos, a Assembleia Municipal da Covilhã reunida em 6 de Março de 2020, delibera: ----

1 - Manifestar o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo da Regionalização e reiterar o empenho desta autarquia em prosseguir a sua ação para a concretizar;

2 - Denunciar o propósito de, mais uma vez, atrasar o processo de regionalização com o pretexto da pretensa democratização das CCDR; -----

3 - Reafirmar a necessidade urgente de instituir, em concreto, as Regiões Administrativas no Continente; -----

4 - Manifestar a sua preocupação com o chamado processo de descentralização pelo que contende com a autonomia das autarquias locais (principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do Estado e da Administração Central), com a universalidade de direitos sociais fundamentais (como a saúde e a educação), e por transferir, de facto, encargos inoportáveis. -----

Obrigado.” -----

“Moção (doc.08) -----

Pela criação das Regiões Administrativas -----

Instituir as Regiões Administrativas, mais do que um imperativo constitucional, é uma necessidade reconhecida para promover o desenvolvimento regional, aprofundar a democracia e reorganizar a administração do Estado. -----

Esmagar a autonomia e a capacidade de realização das autarquias locais sob o peso de múltiplas tarefas e encargos para execução de políticas centralmente decididas ou eleger, por um colégio restrito titulares de órgãos de direção de organismos desconcentrados da administração (que estão vinculados a executar as opções do governo e submetidos à sua tutela integrativa) não promove nenhum daqueles objetivos essenciais. -----

O agendamento do Projecto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP que definia um calendário e metodologia visando a instituição em concreto das Regiões Administrativas até às eleições para as autarquias locais em 2021, constituía uma oportunidade para efectuar a descentralização que o País carece. -----

Não se pode deixar de assinalar que aqueles que ciclicamente reiteram o seu apego à Regionalização e os que repetidamente lamentam a desertificação, o abandono do interior e as assimetrias territoriais, tenham na Assembleia da República contribuído com o seu voto para impedir que se desse realização ao que a Constituição da Republica Portuguesa consagra há mais de quatro décadas. -----

A posição assumida pelo PS, PSD, CDS, iniciativa Liberal, Chega e PAN só pode ser merecedora de crítica pelo que representa de negação de um avanço indispensável ao desenvolvimento regional e à própria afirmação da autonomia do poder local. -----

Nestes termos, a Assembleia Municipal da Covilhã reunida em 6 de Março de 2020, delibera: ----

1 - Manifestar o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo da Regionalização e reiterar o empenho desta autarquia em prosseguir a sua ação para a concretizar;

2 - Denunciar o propósito de, mais uma vez, atrasar o processo de regionalização com o pretexto da pretensa democratização das CCDR; -----

3 - Reafirmar a necessidade urgente de instituir, em concreto, as Regiões Administrativas no Continente. -----

4 - Manifestar a sua preocupação com o chamado processo de descentralização pelo que contende com a autonomia das autarquias locais (principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do Estado e da administração central), com a universalidade de direitos sociais fundamentais (como a saúde e a educação), e por transferir, de facto, encargos inoportáveis. -----

A presente moção deverá ser enviada aos grupos parlamentares da Assembleia da República ----

Covilhã, 6 de Março de 2020 -----

Os deputados municipais” -----

--- Colocada à votação, a **Moção Pela Criação das Regiões Administrativas** foi **rejeitada com 8 votos contra (DNCCP e CDS-PP), 23 abstenções (PS e os Presidentes de Junta e União de Freguesias de Barco e Coutada, Orjais, Sobral de S. Miguel e Verdelhos) e 3 votos a favor (PCP).**

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD) e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Dominguiso e do Tortosendo. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto:

- Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (PCP)**: “Assistimos aqui, assistimos em debates, assistimos a promessas de amor incondicional à Covilhã, à Região e ao Interior por parte do PS, por parte do PSD, por parte do CDS e eventualmente aí com uma posição mais coerente. -----

Ainda há pouco, nas palavras do Hélio Fazendeiro, até parecia que o PS da Covilhã tinha o número de contribuinte diferente do PS Nacional. E, várias vezes, várias vezes – é portagens, é regionalização. E, portanto, quando há coisas más – isto não é nada connosco. Nós somos aqui da Covilhã e quando há coisas boas somos do número de contribuinte Nacional. -----

Essas promessas caem, de facto, em vão quando a gente vê, tanto na Assembleia da República como aqui, uma proposta concreta de implementar aquilo que está escrito há 45 anos na Constituição da República Portuguesa de implementar em concreto as Regiões Administrativas que seria um instrumento e um motor de desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental do Interior do País. Obrigado.” -----

- Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)**: “Senhor Presidente, as formas de amor ao Interior não se demonstram apenas com a Regionalização. A Regionalização não é mais que acrescentar estruturas no meio daquilo que já existe e afastar as pessoas do Interior do poder de decisão. Criar lugares e estruturas intermédias a mais num País como o nosso, que não consegue sequer transferir o INFARMED de Lisboa para o Porto, acho que é trazer atraso e não avanços. Tenho dito!” -----

- Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**: “Não devemos cometer no presente os erros que foram cometidos no passado. -----

A Regionalização é um tema candente. É um amoto. É daqueles temas também que é transversal à sociedade portuguesa. Merece uma aturada reflexão. Não nos esqueçamos que já houve um Referendo sobre esta temática e, portanto, entre outras coisas que isto merecer, na minha perspetiva, só em Referendo se pode optar e se pode decidir também relativamente a esta questão da Regionalização. Mas o que vos quero dizer é que, de facto, devemos ser muito cuidadosos a falar nestes temas. -----

O facto de, por vezes, como é o caso aqui, não estarmos todos de acordo com a aprovação de uma Moção, não quer dizer que as pessoas que votam contra não estejam a favor do País, não estejam a favor da Região ou não estejam a favor da Cidade. Temos, provavelmente, é perspetivas diferentes de defender os interesses dos Covilhanenses.” -----

- Senhor **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho)**: “Não acho que o Senhor Presidente Marco Gabriel tenha razão nesta apresentada incoerência que fez ao Partido Socialista por fazermos votos de amor à Covilhã e a medidas da Covilhã e sermos do mesmo Partido Socialista

Nacional. Há coisas que não gosto no meu Partido Socialista. Gosto do meu Partido Socialista a Governar. Na generalidade, temos um PS que trouxe o País cá para cima. Ora há coisas que eu não gosto. Esta é exatamente a mesma posição que teve o Partido Comunista em cada orçamento que aprovou ao Partido Socialista.” -----

- Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**: “A Bancada do Partido Socialista absteve-se nesta Moção em particular não porque ao Partido Socialista não lhe seja cara a questão da Regionalização que entendemos que deve ser implementada. Não achamos também à partida que não seja matéria referendável porque, ao contrário da eutanásia, não é uma matéria de consciência, mas achamos que o modelo de Regionalização terá que ser diferente daquele por que pugna o Partido Comunista Português e como tal abstinemo-nos. Não votámos contra. -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**, antes de fazer a sua intervenção, referiu que não podia deixar passar a oportunidade de voltar a falar sobre a eutanásia “já que a minha intervenção sobre a eutanásia foi tão abordada e tão criticada! -----

Quem propõe uma reflexão sobre a eutanásia e um debate a nível nacional, não tem qualquer postura de arrogância! -----

Isto é uma forma de se ver um problema. -----

Arrogantes são aqueles que pretendem impor uma imposição! -----

É bom não esquecer que, nesta temática da eutanásia, a Lei já prevê, em determinadas situações e em determinados mecanismos, que cada um de nós pode dispor, em termos de testamento, da vida. Ou seja, há a figura do testamento vital. -----

Através do testamento vital, podemos dar uma orientação relativamente ao nosso futuro em determinadas circunstâncias. Por outro lado, a Lei já prevê que se tomem determinados procedimentos médicos, em termos dos cuidados a ter ou não ter, com determinado paciente. ---

A eutanásia é um tema sério. Acho que não devia ser restrito à Assembleia da República e que devia merecer um debate nacional. -----

Naturalmente, se estamos a favor ou contra, não é estar a favor ou contra que se têm posturas de mais ou de menos arrogância. São perspetivas de se ver a vida e de se ver um determinado tema.”

De seguida, referiu ter ficado bastante admirado “que determinadas forças políticas, nomeadamente o Bloco de Esquerda e a CDU, não tenham condicionado o seu voto na abstenção no programa do Governo para que fosse colocado o fim das portagens.” -----

Relativamente ao assunto já apresentado pelo Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, reiterou que também considera extremamente gravosa a postura do Ministério da Saúde sobre os exames que deviam ser realizados na Universidade da Beira Interior, apresentando o Voto de Protesto que se transcreve: **(doc.09)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
 Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----
 Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
 Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----
 Exmos. Deputados Municipais. -----
 Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tomámos conhecimento da resposta realizada pela Sra. Ministra da Saúde na pessoa da sua Chefe de Gabinete, Eva Falcão, sobre o VOTO DE PROTESTO, aprovado pela Assembleia Municipal da Covilhã, relativo aos locais para a realização da Prova Nacional de Acesso de 2019 pelos candidatos a ingresso no Internato Médico na vertente da Formação Especializada. -----

Da referida missiva, verificamos que foi criada uma estrutura especializada - ACSS, composta por Representantes do Ministério da Saúde, da Administração Central do Sistema de Saúde, da Ordem dos Médicos e das Escolas Médicas e do Gabinete para a Prova Nacional de Acesso à Formação Especializada (SPNA) e na sequência do levantamento por este realizado, apresentou como proposta que as condições mínimas para a realização da prova seriam: -----

- as salas deviam ter plano horizontal. -----
- utilização de mesas horizontais com espaço para suporte dos vários cadernos da prova e com garantia de intervalo adequado entre os candidatos. -----
- presença de um relógio de parede. -----
- condições de climatização homogénea. -----
- salas de grande dimensão para facilitar a circulação. -----
- adequada a fluxos grandes de utilizadores por forma a evitar constrangimentos físicos ao acesso às salas. -----
- acesso por transportes. -----

Face a tal recomendação, entendeu a ACSS, encontrar 3 cidades (Lisboa, Porto e Coimbra), para a realização da prova, tendo sido identificados em tais cidades os seguintes locais: -----

- 1 - Caves de Coimbra, em Coimbra. -----
- 2 - Centro de Congressos do Estoril, em Lisboa. -----
- 3 - Alfândega do Porto, no Porto. -----

Sinceramente continuamos a discordar da solução encontrada, por entender que e no caso dos estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade da Beira Interior, tais provas deviam ser realizadas na UBI. -----

Talvez a Sra. Ministra não saiba, ou os membros da ACSS, mas, quer a Universidade da Beira Interior quer a região possuem locais adequados, com boas salas, servidas de transportes públicos, e como tal, com condições adequadas para a realização de tais provas. -----

Numa altura em que tanto se fala e se escreve sobre o interior, e a necessidade de implementar medidas precisas e concretas que permitam diminuir a diferença entre o Litoral e o Interior, a solução por esta encontrada, é ofensiva a quem vive no Interior, razão pela qual deve merecer de nossa parte o nosso PROTESTO. -----

Protestamos pelos critérios utilizados. Protestamos pela falta de respeito demonstrada. Protestamos pela visão centralista da questão. -----

Deixamos aqui registado o nosso PROTESTO. -----

O Presidente do Grupo Parlamentar -----

"De Novo Covilhã"-----

Luís Manuel Carreira Fiadeiro” -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia**, antes de colocar o Voto de Protesto à votação, referiu que os Membros Municipais Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) e Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) apresentaram as suas críticas relativamente ao mesmo assunto, pelo que perguntou aos membros municipais se se poderiam unir os dois votos de protesto num só a fim de serem colocado à votação. -----

- O **Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Senhor Presidente, se me permite, de facto, não fiz um voto de protesto formal por escrito, mas inclusivamente fiz uma sugestão em que desafiava, nomeadamente, os responsáveis da Comissão a vir à Covilhã ver as condições que nós temos. -----

Eu não tenho e a Bancada do Partido Socialista não tem nenhum preconceito de princípio com esse voto de protesto apresentado por outras bancadas. Confesso que, não conhecendo os termos exatos em que está redigido, mostramos total disponibilidade para os juntar, mas condicionaria isso à revisão do texto por todos. Portanto, se a Bancada do De Novo Covilhã concordar, concordaremos em juntar e redigir um texto comum a todos.” -----

- O **Senhor Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** respondeu que “o Senhor Dr. Luís Fiadeiro, Líder de Bancada, não está aqui agora, mas, depois de consultar os outros colegas, estamos de acordo em fundir as propostas e fazer uma só.” -----

--- Colocado à votação, o **Voto de Protesto pelos critérios utilizados, pela falta de respeito demonstrada e pela visão centralista da questão na solução encontrada para a realização da Prova de Acesso à Formação Especializada em Medicina da Universidade da Beira Interior – Faculdade de Ciências e Saúde** foi **aprovado por unanimidade**, sendo o seu texto final o seguinte:

“Junto do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tomámos conhecimento da resposta da Sra. Ministra da Saúde, na pessoa da sua Chefe de Gabinete, Dra. Eva Falcão, no que concerne ao VOTO DE PROTESTO, aprovado pela Assembleia Municipal da Covilhã, relativo aos locais previstos para a realização da Prova Nacional de Acesso a efetuar pelos candidatos a ingresso no Internato Médico na vertente da Formação Especializada.

Da referida missiva, verificámos que foi criada uma estrutura especializada - ACSS, composta por Representantes do Ministério da Saúde, da Administração Central do Sistema de Saúde, da Ordem dos Médicos e das Escolas Médicas e do Gabinete para a Prova Nacional de Acesso à Formação Especializada apresentando as seguintes condições para a realização da prova:

- salas com plano horizontal;*
- utilização de mesas horizontais com espaço para suporte dos vários cadernos da prova e com garantia de intervalo adequado entre os candidatos;*
- presença de um relógio de parede;*
- condições de climatização homogénea.*
- salas de grande dimensão para facilitar a circulação;*
- adequação a fluxos grandes de utilizadores por forma a evitar constrangimentos físicos ao acesso às salas;*
- acesso por transportes.*

Face a tal recomendação, entendeu a ACSS encontrar 3 cidades (Lisboa, Porto e Coimbra), para a realização da prova, tendo sido identificados em tais cidades os seguintes locais:

- 1 - Caves de Coimbra, em Coimbra.*
- 2 - Centro de Congressos do Estoril, em Lisboa.*
- 3 - Alfândega do Porto, no Porto.*

É nosso entendimento continuarmos a discordar da solução encontrada, já que no caso dos estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade da Beira Interior, as referidas provas deveriam ser realizadas na UBI.

De facto, quer a Universidade da Beira Interior, quer a própria região, apresentam locais propícios, providos de ótimas salas, servidas de transportes públicos, e, como tal, com condições excelentes para a realização de tais provas.

Numa altura tão sensível em que o interior vem estando constantemente na ordem do dia sobre a necessidade de se implementarem medidas precisas e concretas que permitam diminuir a diferença entre este e o Litoral, cremos que a solução para o assunto em apreço deva ser revista.

Assim sendo, apresentamos o nosso voto de protesto pela decisão tomada, apelando a uma reflexão sobre os critérios aduzidos, solicitando que todo o processo possa ser revisto, no sentido de espelhar a justiça social, o bem comum e um efetivo e inequívoco esforço de coesão nacional."

--- A Senhora **Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira (DNCCP)** fez a intervenção que se transcreve: **(Doc.10)** -----

“EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----
EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ -----
EXMOS. SENHORA E SENHORES VEREADORES -----
EXMOS. SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS -----
EXMO. PÚBLICO -----
EXMOS. SENHORAS E SENHORES JORNALISTAS -----

Na semana passada ficamos a saber que os cidadãos do interior, como exemplo os residentes na Covilhã e que necessitem deslocar-se a Castelo Branco, iriam poupar um valor a rondar os 1.200,00€ por ano. -----

Uma boa notícia! Uma ótima notícia! -----

Bastante publicitada, aliás, propagandeada. Perdoem-me o pragmatismo e a expressão, mas há quem pense que basta vir para a comunicação social com intuito de ludibriar o cidadão comum "come e cala". Não e assim! -----

Também não basta ir para a comunicação social declarar que o bom era o fim das portagens, mas que o "descontozinho", já não é mau. -----

Foi anunciado este "descontozito" pelo governo PS, atribuindo-lhe um ar de "descontão". Mas qualquer cidadão faz as contas e pensa: afinal isto e tudo um bluff! -----

E o é, não haja dúvidas. -----

Vejamos, até ao 7.º dia não há descontos, depois do 8.º dia ao 15.º dia o desconto é de 20%, depois do 16.º dia, 40% de desconto. -----

Portanto, não haja equívocos: o desconto é por dia e não por número de viagens. -----

Ora, imaginemos alguém que seja da Covilhã e que trabalhe em Castelo Branco. -----

Terá, em média, 22 dias de trabalho por mês. -----

Como sabemos todos "fogem" às portagens, entrando e saindo da A23. Mas este cidadão não é assim, ele faz o percurso por autoestrada, apenas entra na A23 no Fundão porque como sabemos a portagem entre a Covilhã e o Fundão custa 1,05€. -----

Cada viagem custa 1,80€, ir e vir, 3,60€. -----

Assim, nos primeiros 6 dias o utente paga 19,20€. -----

Depois do 7.º ao 15.º dia, mais 8 dias, irá pagar a portagem com 20% de desconto, sendo que paga em vez dos 28,80€ normais, o valor de 23,04€. -----

Os restantes dias, do 16.º ao 22.º, mais 7 dias, auferem um desconto de 40%. Em vez de pagar 25,20€, o utente paga 15,12€. -----

Em suma, antes pagava 79,20€, agora vai pagar 57,36€. Um desconto de 21,84€. Como daqui se retiram os 1.200,00€ ano é que não é fácil de calcular, mas a senhora ministra saberá onde foi buscar tal valor. -----

No meio disto tudo não podemos esquecer que tal "descontão" só vai ser aplicado a partir de julho. Até lá o PS diz que conseguiu desconto, mas continua tudo a pagar igual... -----

De que forma é que este "descontão" vem beneficiar a região, nomeadamente no que concerne ao constrangimento no acesso devido aos custos associados e que tanto prejudica a região? -----

Na realidade e como todos já nos apercebemos esta é mais uma daquelas medidas que fica bem no jornal e que tem efeito diminuto na nossa vida. -----

Mais... -----

Veio o senhor Presidente declarar à comunicação social que "saúda" a medida e que é "muito positiva". Não obstante que o objetivo seria a "abolição". Diz ainda que são "os utilizadores mais frequentes" que saem beneficiados e aqueles que "utilizam menos vezes" também vão sentir um alívio no bolso. Ora, declarou uma, vai-me desculpar, verdade de la palisse. -----

Ao invés de vir ao terreno e declarar a sua forte oposição a esta política de faz de conta, veio, de mansinho, dizer que é bom, mas que podia ser melhor. Enfim... de um Presidente de Câmara de um município como é a Covilhã espera-se mais, muito mais. -----

Diz o senhor presidente, que agora é candidato à Federação distrital do PS que a região perdeu prestígio e influência na capital e que vem o senhor agora resolver o assunto. Que o prestígio e influência era antes e agora que se perdeu. -----

Pois, tem razão! -----

Foi necessário o senhor chegar ao Poder para a região, e neste caso a Covilhã, começar a perder influência e prestígio, tem toda a razão. -----

Senhor Presidente, com todo o respeito, largue o seu cadeirão dourado que tanto o envaidece e desça ao terreno e reivindique aquilo que se espera de um bom presidente de câmara, de mansinhos já chega! -----

Tereza Fazendeiro -----

(Deputada Municipal eleita pelo Movimento DNCCP)" -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)**, após cumprimentar todos os presentes, colocou três questões. (**Doc.11**) -----

“Saudações. Senhor Presidente da Câmara -----

Três questões-----

1.ª Coronavírus. Impossível fugir a esta questão. Queria pedir-lhe, caso esteja disponível e capacitado para tal, nos transmita uma mensagem de tranquilidade e segurança, garantindo que, não só os serviços da Câmara que o senhor preside, mas também os serviços de saúde do nosso concelho estão preparados para enfrentar a Pandemia, na minha opinião, já instalada. -----

2.ª Comunidade Intermunicipal. Foi com alguma curiosidade política que registámos as suas declarações apontando no sentido de, no final do presente mandato, Covilhã, Fundão e Belmonte deixarem a CIMBSE e passarem a integrar a CIMBB. Recordo que em intervenções anteriores feitas aqui e na Assembleia Intermunicipal criticámos e tornámos público a nossa total discordância relativamente à deslocalização da sede da Comunidade da Covilhã para a Guarda, bem como o dimensionamento dado às duas comunidades, objetivamente naquilo que aos corpos de Bombeiros dizia respeito. -----

A questão que deixo é muito simples: -----

- Esta sua tomada de posição é um mecanismo de pressão para trazer de volta a sede para a Covilhã que, desde já, apoiamos, ou vamos mesmo dar uma mãozinha a CIMBB que já não tem ou estará muito perto de deixar de ter massa crítica para ser comunidade? Ou haverá outra justificação? -----

3.ª Legalização das casas das Penhas da Saúde e Covão da Mulher. Em de 28-02-2018 veio a esta Assembleia um procedimento administrativo iniciado em 15-07-2011, destinado a rever o plano de pormenor da Zona Sul das Penhas da Saúde, promovido pela Turistrela. -----

Questionámos, então, por que não era dado igual tratamento de legalização às restantes casas das Penhas da Saúde bem como às que existem no Covão da Mulher, Freguesia de Unhais da Serra. --

A resposta de Vossa Excelência foi de que iria trabalhar o processo. -----

Decorridos dois anos, solicitamos que, caso esteja disponível para tal, nos informe dos procedimentos administrativos que a câmara, por si presidida, já concretizou para legalizar, também, as casas não abrangidas pelo dito plano de pormenor? -----

Em Rodapé. -----

Admito, publicamente, tanto na qualidade de cidadão quanto na de elemento integrante da comunidade política do Concelho da Covilhã, que me sinto envergonhado pelas condições degradantes e atentatórias à dignidade humana em que se encontram as instalações do Posto da GNR de Unhais da Serra. -----

Disse” -----

--- A Senhora **Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS)** fez a intervenção que se transcreve: **(Doc.12)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----
Respectiva Mesa -----
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã-----
Exmos. Senhores Vereadores -----
Exmos. Senhores Deputados, -----
Minhas senhoras e meus senhores, -----

Carnaval da neve, noite da Passagem de ano, “Natal com Arte”; novamente vimos as ruas do centro histórico encher. -----

É assim que se trabalha! É assim que as autarquias devem trabalhar: com as pessoas, chamando as pessoas para as ruas, que são suas, que são nossas. -----

Isto demonstra, uma vez mais, que trabalhar em conjunto com as associações, colectividades, instituições, com os agentes sociais da nossa cidade e do concelho, deixa as pessoas mais satisfeitas e elas deixam de ser meros espectadores para serem participantes e fazerem a festa. E, neste aspecto, a Câmara municipal mantém boas relações com todas as colectividades. -----

O Carnaval da Neve foi, é um sucesso, e não só pela quantidade de gente que participou nos desfiles, mas pela união de gerações a participar, pela diversidade do programa que foi, também, estendido pelas freguesias até ao culminar das Penhas da Saúde. Um verdadeiro carnaval serrano. E não dizemos que foram superadas as expectativas, porque são estas as expectativas: trazer as pessoas para as ruas, dar vida à cidade, dinamizar o que existe e é nosso. -----

E a Câmara Municipal da Covilhã tem feito o seu papel. -----

Por isso, também, de salutar todas as iniciativas culturais que têm sido promovidas pelas freguesias de todo o concelho, que integram a agenda cultural do município. -----

E, releve-se, também, a importância da Covilhã ter gerado uma agenda unificada das celebrações quaresmais de todo o concelho, integrada na Quadragésima. -----

Felizmente, para nós, o governo tem-nos dado algumas boas notícias. E, tudo aquilo que seja positivo, embora que sempre possamos, e bem, reclamar mais, tal como o faremos em relação às portagens, tal como o Senhor deputado Hélio exemplificou, temos de fazer o nosso trabalho, aproveitando as oportunidades e medidas positivas para nós. -----

A criação da marca “Serra da Estrela” beneficia-nos sim! Isto sim é defender o turismo no centro e neste caso na nossa região. -----

Nós somos não só a porta de entrada para a Serra da Estrela. Nós temos tudo para ser a estadia na Serra da Estrela. -----

Temos tudo para nos afirmarmos como município da região mais dinâmico e com a melhor oferta turística. -----

Nós temos uma oferta turística muito rica e diversificada, quer seja no turismo eco, de natureza, ambiental, de saúde, cultural, de montanha, sénior, gastronómico, na hotelaria e alojamentos turísticos, etc. -----

Portanto, a inclusão da Covilhã na marca “Serra da estrela” que abrange, sim, outros municípios, que nos beneficia e reforça, é uma medida muito positiva, com consequências directas e indirectas, para todos. -----

Por fim, em boa hora a Câmara Municipal da Covilhã revaloriza o seu património industrial e bem-vindos serão os quatro dias que vão reflectir o Património Industrial - Encontros com a Cidade Fábrica. -----

A Covilhã é Cidade neve e é, também, Cidade da Indústria da lã, dos lanifícios, sendo importante reforçarmos esta nossa identidade. -----

Muito obrigada pela atenção.” -----

--- O Senhor **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)** prescindi do seu tempo de intervenção. -----

--- O Senhor **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho)** interveio, relatando problemas da sua Freguesia, mas, primeiramente, referiu-se à eutanásia e disse: -----

“A vida não é decidida pela sociedade, nem por Deus. -----

Apesar do grande respeito que tenho pelo Dr. Fiadeiro e por todos os presentes, não pretendo que seja o Senhor a rolar a minha vida, a decisão da minha vida que só a mim pertence e não a esta sociedade, nem a si. -----

Sobre as SCUT – as SCUT são gratuitas; terão que continuar a ser gratuitas; são uma discriminação positiva para o Interior; e tudo o resto não é sério com aquilo que os Governos prometeram ao Interior. As SCUT são gratuitas como forma de discriminação positiva. -----

Sobre a medida agora tomada pelo Governo (apoio ao trabalho de quem venha para o Interior), também não estou de acordo. Faz-me lembrar as alturas em que se mandava gente para as Colónias porque a situação estava mal desenvolvida ou então um subsídio que se dê a alguém que venha cá a ver que afinal nós não somos assim tão rurais como isso. -----

E, portanto, neste ponto, estou de acordo com o CDS. Não me agrada esta medida de subsidiação do trabalho àqueles que, estando na luz do País, venham para a sombra do País. -----

Por último queria me referir à minha Freguesia sobre duas situações: -----

Já mandei esses mails para a Câmara Municipal e pretendo ver isto resolvido com urgência. Tenho estado a conversar quer com o Senhor Presidente da Câmara, quer com o Senhor Vereador com o Pelouro da Protecção Civil e das Florestas que é: necessito de ajuda, quer na parte em que sou obrigado a limpar a minha Freguesia, quer na parte em que a Câmara está obrigada a limpar a Freguesia. Eu sou uma Freguesia de risco prioritário. Tenho uma mancha florestal muito grande e

ainda não ardida. No ano passado, tive um incêndio perigosíssimo às portas de Cantar Galo e, portanto, preciso de ajuda nesse sentido. -----

Também pedir aqui à Câmara Municipal acerca daquela estrada que foi ocupada por um privado. Não estamos de acordo com essa ocupação e, até decisão cabal sobre o mérito da questão e sobre a propriedade, pretendemos com urgência máxima ver um candeeiro que está a iluminar a pseudo propriedade privada, a ficar a iluminar a garantia da propriedade pública onde passam agora e uma boca de incêndios que está na pseudo propriedade privada ser imediatamente deslocalizada para a parte pública porque se tratam de infraestruturas pagas pelo público que estão, neste momento, vedadas por portões. -----

Muito obrigado” -----

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)**: “Eu não tinha previsto esta intervenção, mas uma vez que a eutanásia se tornou o foco deste Período Antes da Ordem do Dia não podia deixar aqui de expressar, não a minha opinião pessoal, mas a opinião do Partido. -----

Num País que gasta menos em saúde hoje do que gastava há 10 anos; -----

Num País onde os cuidados paliativos chegam a menos de 30% da População; -----

Num País em que o doente pode, de forma individual, recusar tratamentos ou procedimentos médicos ou transfusões; -----

Num País em que uma Assembleia da República, constituída por Deputados Eleitos por Partidos que, na Campanha Eleitoral, esconderam e não se pronunciaram sobre este tema, pretendem agora legislar de forma pouco ética sobre o assunto, -----

Não coloco aqui a situação de que existe um lado bom ou um lado mau. Há opiniões pessoais que respeito. Agora, falarmos de arrogância... -----

Arrogância acho que é isto: é escondermos o tema antes, pretendermos legislar dentro da Assembleia da República e não darmos a voz ao Povo. É isso que se está a tentar evitar. -----

Agora não podemos é, com este tipo de situação que existe hoje no nosso País na área da saúde, legislar nesta área. Aquilo que estaremos a fazer é empurrar pessoas para um procedimento que não procuram. -----

Quem não tem acesso a cuidados paliativos não estará na propriedade de poder decidir na altura final da sua vida qual o melhor processo. Se reduzirmos a situação a uma situação apenas sobre liberdades, não estamos a falar de eutanásia, estamos a falar de suicídio. -----

Hoje em dia este processo não é criminalizado neste País. -----

Portanto, não posso aqui deixar de dar a nossa posição sobre o tema.” -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, antes de dar início ao Período da Ordem do Dia, informou que cada Grupo Parlamentar dispunha de cinco minutos para intervir no **ponto 2.1**, pedindo contenção na utilização do tempo de intervenção. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**, antes de colocar as questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que “quem esteve aqui a falar de modelos de Regionalização não percebeu nada daquilo que se passou na Assembleia da República e do Projeto de Resolução do PCP que só propunha um calendário para que se discutisse o processo de Regionalização, que é um preceito constitucional e onde estava previsto um Referendo que previa a discussão nas Assembleias Municipais e a recolha de opiniões. Portanto, um processo aberto à População e às Assembleias Municipais.” -----

Passando de seguida à Informação Escrita, colocou as seguintes questões: -----

- **“Coronavírus** – a Comissão de Proteção Civil já reuniu? Quais são os planos de contingência que estão previstos na articulação dos serviços, na articulação dos serviços de saúde com todos os serviços públicos - Escolas, Universidade, Empresas)? Quais são as ações que estão previstas ao nível da prevenção e qual a capacidade de resposta instalada no Concelho da Covilhã? -----
- **Prorrogação do prazo para a execução de dois fornos comunitários e de infraestruturas e equipamentos de comunicação (Projeto Aldeias do Xisto)** – A prorrogação indicia sempre atrasos. Ou atrasos da entidade que financia ou atrasos da entidade que ficou de executar. Quais os prazos que estavam previstos e qual o local e freguesia? -----
- **Carnaval** – O Carnaval na Cidade teve a comparticipação financeira. Não encontro na informação o apoio municipal ao Carnaval e às várias iniciativas que se realizaram nas várias freguesias do nosso concelho. -----

– **Edifício Torre de Santo António** – O Senhor Presidente da Câmara já refletiu sobre a eventual aquisição e demolição? Sobre a eventual redução de pisos e seu aproveitamento habitacional? Sobre o seu aproveitamento pela UBI para residência de estudantes? Sobre o seu aproveitamento como estrutura de apoio a estruturas de promoção na Cidade ou da marca Serra da Estrela? Tem que haver uma solução para aquele edifício! -----

– **Trabalhos a mais e trabalhos a menos** – Saliento: o Centro de Inclusão Social – trabalhos a mais 60 mil euros; o Centro de Inovação Cultural – 298.345€; Pátio dos Escuteiros – 12.160€; Centro de Incubação e Apoio ao Empreendedorismo 58 mil. Oh Senhor Presidente, que diabo, não há nenhuma obra certa, em que aquilo que se adjudica, o projeto, aquilo que está previsto corresponda aquilo que se executa?! -----

Os trabalhos a mais - é sempre um prejuízo para a Câmara Municipal e, esse prejuízo, só pode ser causado por duas coisas: ou o projeto inicial, caderno de encargos mal elaborado, que não previa aquilo que deveria prever, ou decisões posteriores à adjudicação em que, enfim... há a decisão política de se fazer aquilo que não estava previsto. -----

Mas eu penso que já são valores a mais, quanto a trabalhos a mais nas quatro intervenções, e pergunto eu: mas que impacto financeiro é que isto tem no financiamento Comunitário? --

O financiamento comunitário está definido; a comparticipação nacional está definida; e, depois, há trabalhos a mais. Quem é que os paga? -----

Isto tudo vai ser incluído nos Fundos Comunitários ou na parte Nacional? -----

E não vamos ficar por aqui, pelos vistos, ainda só estamos no início das obras! -----

– **Revogação dos contratos Programa celebrados em 15 e 17 com a ICOVI** – Gestão da Piscina Municipal, Piscina Praia, Complexo Desportivo, Museus. -----

Alguém me dizia, em tempos, que a ICOVI não tinha sido criada para fazer gestão corrente de equipamentos sociais. Parece que tinha razão. -----

Portanto, esta decisão teve por base a simples medida de gestão municipal ou teve a intervenção da tutela a este nível? -----

– **Floresta – limpeza de faixas de combustível, cumeadas e proteção das populações** – Penso que estamos num momento importante para se fazer um balanço sobre a intervenção dos trabalhos de prevenção contra os incêndios florestais porque o Verão aproxima-se.” -----

--- O Senhor **Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD)** prescindiu do seu tempo de intervenção.

--- O Senhor **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** colocou as seguintes questões: -----

- **Jardim de Infância Ovo Mágico – Tortosendo** – Alertou para o facto de que a queda do muro exterior, provocada por um acidente de viação em dezembro, continuava por reparar. -----
Alertou também para a degradação das “condições que se encontram no interior, por força de infiltrações e humidades. -----
Queria saber se há alguma previsão de reparação destas situações. -----
- Questionar em relação à degradação dos **Postos da GNR** de Unhais da Serra e do Paul e também em relação ao número de efetivos que temos da Guarda Nacional Republicana e da PSP no Concelho, porque consideramos que é um efetivo bastante reduzido e que deixa a população com um serviço de policiamento de proximidade que não é o devido. -----
- **Rua Alçada Padez** – Situação denunciada pelos moradores que fizeram uma intervenção por eles próprios nos passeios, após vários anos de queixa. Se haverá em breve outras situações deste género? Por aquilo que veremos depois no Relatório do Senhor Provedor do Município.
- **Sobral de São Miguel** – Para quando a conclusão das obras na Municipal 511? -----
- **Complexo Desportivo Municipal** - Existe de momento alguma previsão de reparação ou reabilitação do Complexo Desportivo Municipal que se encontra com a pista em condições miseráveis, bem como todos os aparelhos que são utilizados para a prática das especialidades do atletismo, tipo colchões, caixas de areia em situações verdadeiramente lamentáveis. -----

Tenho dito.” -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** referiu que reiteravam as mesmas críticas, relativamente à Atividade Municipal, pois entendiam que continuava a ser “uma atividade de mera gestão. Não há uma atividade consertada e programada. Não visualizamos uma política de captação de investimento com criação de postos de trabalho e continuamos a entender que as zonas rurais do nosso concelho continuam a ser esquecidas.” -----

De seguida, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.13)** -

“Mais uma informação prestada pelo Sr. Presidente na Câmara Municipal da Covilhã acerca da atividade e situação financeira do Município. -----

Mais uma informação na qual a atividade municipal está restrita à gestão corrente. Mais uma informação centrada na cidade. Mais uma informação sem que haja uma política do Município tendo em vista a captação de investimento... a criação de postos de trabalho... Mais uma informação sem que se crie incentivos que permitam às pessoas passar a viver e trabalhar na Covilhã e seu concelho... e às empresas sedearem-se no concelho da Covilhã...mais uma informação em que as zonas rurais do nosso concelho são esquecidas... até parece que não estamos no interior... Aliás não basta falar do interior. É necessário não tratarmos o interior do concelho como é tratado o interior do país. -----

Contudo, solicitamos os esclarecimentos das seguintes questões, esperando as adequadas respostas: -----

1 - Ocorreu transferência de competências do Estado Central para as Autarquias. No pacote foi incluída a educação. Tal transferência não foi efetuada, na nossa opinião, com a adequada transferência dos meios financeiros. -----

Ora, pergunta-se: no dia em que pagam salários, qual o valor dos salários pagos e suportados pela Câmara Municipal da Covilhã? -----

Qual o aumento dos custos com a educação? O Governo vem agora suspender as transferências, nomeadamente a nível da educação. O que significa para a Câmara da Covilhã tal suspensão? -----

2- Escola Pêro da Covilhã. Como está a questão do seu telhado em fibrocimento? O que foi feito? Que diligências foram realizadas? Porque não são realizadas as obras? Estão à espera que suceda alguma desgraça? -----

3 - O que está a ser feito pela reparação e limpeza das estradas no nosso concelho? -----

O Troço Vales do Rio e Peso? Estrada Paul - Ourondo? Estrada Ourondo - Casegas? E a Rua Pinhal do Gaiteiro, que atravessa o denominado Bairro do Património, a nascente do Estádio José dos Santos Pinto, que está toda esburacada, com o conseqüente perigo para os condutores que aí têm diariamente de passar com as suas viaturas. Está prevista alguma intervenção a curto prazo? -----

Agora que temos máquinas - e diga-se a este respeito, caiu-se no ridículo colocar as máquinas em exposição no pelourinho aquando do carnaval. Alguém me questionou se era uma brincadeira de carnaval - Serão as mesmas utilizadas nas estradas do concelho? Ou somente na cidade da Covilhã?

4 - E as ciclovias - como é possível a obra não ter sido fiscalizada? O que se passa? -----

Quem é responsável? Quanto é que se gastou? Qual o motivo por que se começou a pintar o alcatrão? -----

5 - Bairros sociais. Já passaram dois 2 anos desde que este executivo foi eleito. O que foi feito? A manutenção e reparação dos Bairros Sociais como está a ser realizada? -----

6 - O Sr. Presidente aquando da visita da Sra. Ministra da Agricultura, prometeu construir uma albufeira para a zona do regadio. Desconhece-se o local e custo da obra. Contudo tal questão, levamos a querer saber uma vez mais sobre a Barragem da Covilhã. -----

Como está o processo? A barragem deixou de ser prioritária para este executivo? -----

O que está a ser feito em concreto? Porque não se reivindica junto do Sr. Ministro do Ambiente a sua construção? Não se esqueçam que a água vai ser o petróleo do futuro e que deve ocorrer uma adequada política do seu armazenamento. -----

7 - Unidade de hemodinâmica do Centro Hospitalar da Cova da Beira. O que se passa? Surgiu algum problema? Qual? Tanta propaganda para a sua criação, como está a sua implementação? -----

8 - Posto da G.N.R do Tortosendo, Paul e Unhais da Serra. Chamamos a atenção que no ano anterior estava previsto um determinado valor para estas obras. O ano decorreu e as obras não se realizaram. O que nos pode informar sobre tal tema? -----

9 - Processo do Lítio. Que informação pode a Câmara Municipal da Covilhã dar a esta Assembleia? Já decorreu ou está a decorrer algum estudo de impacto ambiental? A Câmara da Covilhã foi ouvida? Realizou alguma diligência junto do Ministro ou do Secretário de Estado? Colocou algumas questões sobre temas que nos preocupam. -----

10 - A construção do IC6 está parada desde 2010. É urgente dar seguimento aos troços Tábua/Oliveira do Hospital/Covilhã. É necessário questionar a Comissão Europeia no sentido de saber se pretende alocar fundos no quadro financeiro plurianual até final do corrente ano, para que a ligação Covilhã-Coimbra possa ser uma realidade. O Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã já fez alguma diligência nesse sentido? Já questionou a Comissão Europeia? Já colocou a questão ao Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro das Obras Públicas? -----

11 - Feira de S. Tiago. No ano transato, face ao insucesso da feira, foi prometida uma remodelação na organização e realização da feira. A feira está programada para julho. Faltam poucos meses. O que está a ser feito? Novidades? -----

12 - Aniversário dos 150 anos da Covilhã. O que está a ser feito? Que iniciativas vão ser efetuadas? Algum programa? Nada se sabe. Espero que não deixem passar a oportunidade, e com um programa delineado, pensado e partilhado, possam honrar a memória de todos aqueles que nos antecederam, refletir sobre o presente, perspetivar o futuro na cidade e no concelho, para as gerações que nos irão suceder. -----

Aguardamos pelas respostas. -----

O Presidente do Grupo Parlamentar “De Novo Covilhã” -----

Luís Manuel Carreira Fiadeiro” -----

--- O Senhor **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e colocou de seguida as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

Qual “o ponto da situação sobre as transferências de competências nas Juntas de Freguesia? -----

Todas as Juntas tomaram posição na devida altura, no mês de agosto, e até hoje não temos qualquer resposta da Câmara Municipal sobre as transferências de competências e sobre a respetiva negociação. Completamente o silêncio! -----

Foi aqui, na Assembleia Municipal, aceite as transferências de competências, do Estado para a Câmara Municipal, a toda a pressa e a todo o vapor, mas para as Juntas de Freguesia não temos a mesma pressa, nem o mesmo vapor. Não sei porquê, mas gostava de ser esclarecido. -----

Não deixando a situação da Estrada Municipal 513, entre o Peso e Vales do Rio, esperamos que seja ainda este ano, como foi prometido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e que seja antes do mês de junho porque depois começam a vir os emigrantes e é de grande transtorno andar com obras na estrada. Mas, se for preciso, no mês de junho a gente também faz e pede desculpa às pessoas. -----

Eu tenho tido algumas perguntas, por parte das Escolas, sobre a questão do vírus e sobre as medidas de contingência para o vírus. Nós, nas Juntas de Freguesia, somos obrigados a fazer um plano de contingência. A minha Junta de Freguesia já o fez e já o enviou para a Proteção Civil Municipal e para a Direção Geral. As Escolas, não é da nossa responsabilidade. É da responsabilidade da Câmara Municipal e os pais andam preocupados e querem saber como está a situação. -----

Em relação à limpeza das matas e zonas de proteção na minha União de Freguesias, não foi feita qualquer intervenção. Já no ano passado não foi e este ano também não. Tivemos alguns problemas com quedas de árvores, postes e muros em Vales do Rio. -----

Continua a chover na escola de Vales do Rio. O telhado precisa de ser substituído e queria saber o ponto da situação. -----

Obrigado!" -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu que tinha que ser coerente e que não iria intervir: estava inscrito no Grupo do PCP e os cinco minutos já foram gastos. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, respondeu às questões que lhe foram colocadas, considerando que algumas eram recorrentes, e informou: -

“Comunidades Intermunicipais – é uma questão transversal. Em 2014 ou 2015, era eu Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, promovi uma reunião com as duas Comunidades Intermunicipais – a da Beira Baixa e a das Beiras e Serra da Estrela – em Belmonte com todos os Presidentes de Câmara, exceto o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Aí defendi, e aliás era o sentimento quase unânime de todos os Senhores Presidentes de Câmara, que o desejável seria, para ganharmos escala, força e impacto para poderemos melhor trabalhar e melhor reivindicar e desenvolver os nossos trabalhos, que era juntar as duas Comunidades Intermunicipais. -----

Foi isso que eu defendi e foi aquilo que também a esmagadora maioria (não me recordo de alguém ter discordado) dos Presidentes de Câmara entenderam que era desejável a junção das duas Comunidades por estas razões que poderíamos aprofundar. -----

Ficámos todos de, no final do seguinte Mandato que é este, fazer uma avaliação do ciclo de fundos estruturais e, em função disso, decidirmos o que fazer. -----

Bom, foi exatamente isso, e não mais do que isso, que nessa reunião ficou decidido. É isso, e não mais do que isso, aquilo que eu tenho dito. -----

Mais ainda. Houve algumas vozes, entre as quais também a minha, que disseram o seguinte: na impossibilidade de se juntarem as duas Comunidades Intermunicipais, que a Cova da Beira se integre no seu espaço mais natural que é o do Distrito de Castelo Branco, neste espaço que é a Beira Baixa, onde sempre esteve inserido, e que faria mais sentido que estivéssemos nesse contexto. E, portanto, é isto tão simplesmente. -----

Por acaso tive o condão, foi a propósito de uma questão que me foi colocada por uma ilustre Jornalista e esta minha resposta suscitou uma onda de comentários. Os editorialistas, os diretores de jornais, os articulistas, todos se pronunciaram sobre esta matéria. Pelos vistos, toquei na ferida. Alguns pensam, mas não dizem. Mas eu digo aquilo que penso nesta matéria até por vivemos em democracia, devemos ser frontais e dizer aquilo que pensamos. -----

Atenção, já agora e pelo respeito devido a este Órgão, bem como ao Órgão Câmara Municipal, eu expendi a minha opinião a título individual. Não comprometi nunca, nem a Câmara, nem a Assembleia Municipal, porque não o podia fazer, nem o devia fazer sem antes auscultar e debatermos aqui estas matérias. Portanto não haja equívocos. -----

Isto não tem nada a ver com coisas menores e com coisas de pormenor – se é sede, se é o protagonista, se é o ator principal, se é o ator secundário. Isso são questões de *Lana-caprina*. O essencial é que as Comunidades funcionem e sejam eficazes. E é isso que todos pretendemos. A questão é tão-somente essa e não há aqui nenhuma confusão, não há aqui nenhum problema. Que de uma vez por todas isto fique claro. -----

Plano de Pormenor e Bairro Penhasol - Os Planos de Pormenor têm que incidir em solo urbano e a área do Bairro Penhasol não é solo urbano. Portanto, isto, logo à partida, é uma questão que separa as águas e faz com que tenha tratamentos diferentes. Obriga à requalificação do solo rural para urbano, o que terá de ser feito em sede de revisão do Plano Diretor Municipal. Aliás, está a ser feito, estão os trabalhos a ser realizados, está em curso e está esse trabalho a ser implementado. -----

O Plano de Pormenor da Zona Sul das Penhas da Saúde não tem como promotor a TURISTRELA, mas sim o Município da Covilhã. A TURISTRELA é um parceiro e principal interessado porque fez um investimento que foi a construção daqueles bungalows que depois vendeu na sua quase totalidade e está a custear, como é sua obrigação, a revisão do Plano. -----

- **Postos da Guarda Nacional Republicana** – Houve uma evolução recente. O **Posto de Unhais da Serra** não constava do Plano Nacional de Requalificação de Postos da Guarda e eu consegui introduzi-lo lá, após uma reunião em que estive, no Ministério da Administração Interna, com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna a uma 3.ª feira e, na 2.ª feira seguinte, estavam aqui os contratos programa para serem levados à reunião de Câmara e já foram objeto de deliberação; -----

O do Tortosendo vai ser construído de raiz. Já recebemos os dados técnicos indispensáveis para que o projeto seja objeto de concurso e está a sê-lo; -----

No que diz respeito ao **Paul** também, só no dia 29 de fevereiro a Guarda Nacional Republicana nos fez chegar os requisitos técnicos para densificarmos o projeto. Já está também o procedimento em marcha. -----

O Senhor Eng.º Vieira foi, há poucos dias, com os Técnicos do Ministério da Administração Interna, aos Postos do Paul e de Unhais e ao local onde será edificado de raiz o Quartel da Guarda Nacional Republicana do Tortosendo, que é uma antiga e legítima aspiração de todos nós. Portanto, os Postos estão em andamento. -----

- **Jardim de Infância Ovo Mágico – queda do muro provocada por sinistro** – O procedimento é o de ser identificado o autor para efeitos da imputação da responsabilidade e assunção de encargos com a reparação. Os serviços estão a recolher a pertinente informação. -----

- **Reparação da 511** – Estão a ser levadas a efeito reparações na zona do Sobral e também entre Casegas e Ourondo. -----

Quanto a outras intervenções, são muitas ao nível de todo o Concelho. Infelizmente, não é possível fazermos tudo ao mesmo tempo. Umas serão internalizadas; outras serão feitas por contratação de empresas que as levarão a efeito, como será o caso do Porsim.” -----

- **Cortes do Meio** – Considera justa a reivindicação de ligação às Penhas da Saúde, até porque é “um desperdício terem-se feito obras de requalificação” e agora deixar-se degradar. -----

Informou que na construção do Miradouro do Alto dos Livros está previsto o acesso alcatroado, entre a zona das Antenas e o Alto dos Livros, podendo ir um pouco mais abaixo, mas dificilmente a totalidade da ligação pretendida. -----

- **Edifício de Santo António** – “Para desmitificar o mito urbano que existe por aí, ainda há dias estive com o Senhor Eng.º Fernando Santo (Presidente da Fundação Montepio e Ex-Bastonário da Ordem dos Engenheiros) e disse-me que este edifício, ainda hoje, tem técnicas construtivas das mais avançadas que existem, entre as quais é antissísmico. Se houvesse um sismo na Covilhã, provavelmente, aquele edifício seria dos últimos a cair e a construção está de tal forma bem-feita que quem o comprar poderá facilmente reconvertê-lo, desejavelmente e esta é a minha opinião, em quartos ou residências para estudantes. Sei que existem quatro empresas que pretendem adquirir aquele prédio para esse efeito, entre as quais uma alemã. -----

Deve ter um destino e este destino esperamos que seja a benefício da economia local. -----

- **Trabalhos a mais em obras de reconstrução** – São um mal necessário porque surgem imprevistos.” -----

- **Os postos de carregamento de BTT** – Referiu que foram todos autorizados pela Direção Geral de Cultura do Centro. -----

- **Sanitários** – “Temos um plano de reabilitação que vai ser posto em prática muito rapidamente. É minha intenção mandar demolir os que estão atrás da Câmara Municipal que, para além de estarem desenquadrados, desfeiam aquela zona e há alternativas. -----

- **Habitação Social degradada** – Já estão contratadas obras de eficiência energética para o Bairro do Património e está em curso o procedimento para o Bairro da Alâmpada. -----

- **Plano de contingência** – Existe. Está assinado. Está tudo previsto: os sítios e também as medidas a tomar. -----

- **Transferências de competências** – Após a decisão de aceitação das novas competências, na área da Educação, e a tomada de posse da Comissão de Acompanhamento e Monitorização, órgão a que presido e onde têm assento os Senhores Diretores de Escolas e a Senhora Delegada Regional

do Centro, como representante do Ministério da Educação, temos reunido, temos trabalhado e temos tomado todas as medidas necessárias para resolver as situações. -----

O processo de transferência não foi suspenso. Foi protelado. Em vez de entrar em vigor em janeiro de 2021, como estava previsto, vai entrar mais tarde. Isto significa que, na prática, vamos ter ainda mais tempo para nos entrosarmos e para trabalharmos em equipa.” -----

O Membro Municipal **Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva** ausentou da presente sessão pelas 17:35 horas. -----

2.2 – PRAEN - PLANO DE RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICA - VERSÃO ALTERADA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de dezembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea b), do n.º 2, do artigo 23.º e com a alínea ee), do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 7007 de 2019.12.10 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referiu que iria fazer uma intervenção a título pessoal pelo que não vinculava a Bancada a que pertencia. Deu início à intervenção que se transcreve: **(doc.14)** -----

“Da justificação do plano ressalta: -----

Que se prevê a substituição de sistemas de iluminação existentes por outros mais eficientes, garantindo a intensidade luminosa proposta. -----

Que a iluminação pública representa um dos maiores custos associados ao consumo de eletricidade dos municípios; -----

E que o presente plano depois de operacionalizado, estima uma poupança que se situa entre 65% e os 74% do consumo atual. -----

Por outro lado, já em 2012, na nossa qualidade de Presidente de Junta e defensor deste tipo de tecnologia, procedemos à colocação de iluminação Led no largo 11 de Julho da Freguesia de Unhais da Serra, ao tempo muito contestada pela oposição socialista da Freguesia. -----

Perante estes argumentos e partindo do princípio de que a intensidade proposta é a adequada e que estão a ser cumpridos, escrupulosamente, todos os procedimentos administrativos, estão envolvidos mais de 11 milhões de euros, votarei favoravelmente este plano. -----

Para que fique registado pretendemos, sob o ponto de vista conceptual, fazer algumas considerações. -----

- É verdade e salutar, dizemos nós, que o orçamento geral do estado prevê para 2020 uma dedução no IRS até 1000 euros para as famílias que invistam em unidades de energia renovável para autoconsumo, com painéis solares ou bombas de calor; -----

- É verdade e salutar que a alteração legislativa, recentemente aprovada e publicada, permita, agora, produzir até 30Kwh para autoconsumo. -----

Porém, Senhor Presidente da Câmara, minhas senhoras e meus senhores, é a partir daqui que o sistema necessita, na nossa opinião, de um quadro legislativo ainda mais amigável, mais ambicioso que proteja famílias, empresas, câmaras municipais, juntas de freguesia, entre muitas outras organizações. -----

No quadro atual cada família, cada organização produz determinada quantidade de energia que, se não consumir, obrigatoriamente, será injetada na rede, beneficiando as grandes empresas que se dispõem a pagar mas a preços insignificantes. -----

O que se pretende é que a energia excedentária e injetada na rede seja contabilizada e constituída como crédito para que, quem a produz, a possa utilizar quando dela tiver necessidade. -----

Quando houver uma decisão legislativa que legitime tal procedimento não será difícil imaginar nas freguesias conjuntos de 120 painéis que durante o dia produzirão energia até 30 Kwh, podendo essa energia ser utilizada durante a noite na iluminação pública, diminuindo significativamente, a fatura da luz que todos pagamos. -----

Senhor Presidente da Câmara dado que, politicamente falando, vive próximo dos centros de decisão e se prepara, e espero que assim seja, para subir mais um degrau na cadeia do poder do seu partido, sugiro que leve essa ideia aos centros de decisão pois em todas as construções de grande dimensão existe sempre o lançamento da primeira pedra. -----

Disse” -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** referiu terem “recebido várias queixas, por parte de Municípes, acerca da luminosidade nas zonas afetadas pela 1ª fase do plano. O CDS, desde o início, alertou para estas falhas. O Executivo escusou-se sempre num estudo que estaria a aguardar para verificar as alterações a realizar. -----

A 06/12/2019 decidiu avançar para o lançamento a concurso de uma 2.ª faz e, a 14/02, soubemos pela imprensa que estaria suspensa essa situação.” -----

Concluiu dizendo que, para poderem fazer uma análise concreta e ajuizada sobre o assunto, precisavam de saber onde estava o estudo, qual o impacto que teve e quais as alterações que houve. -----

- **Arq. João José Augusto Quelhas Gaspar (PS)**, após apresentar cumprimentos, fez a seguinte intervenção (**doc.15**): -----

“Em nome da bancada do Partido Socialista, cabe-me dizer, que este plano de Racionalização Energética é pioneiro na Covilhã, pois nunca foi feito ou proposto nenhum plano deste género neste Município. -----

Na 1ª Fase da implementação, experiência piloto de colocação de 1820 luminárias Led, foi bem-sucedida, conseguimos perceber as falhas existentes no sistema e mitigar soluções para que quando passássemos à segunda fase pudéssemos estar bem preparados. -----

Aquando da prevista implementação da 2ª fase, foi decidido não avançar de imediato com o objetivo de racionalizar também o processo, e fazer a preparação de ambas as fases, a 2ª e a 3ª, juntas! -----

A importância desta medida reside no facto de passarmos a ser eficientes no que toca ao consumo energético, reduzindo em média por lâmpada 65% do seu consumo energético, interessa salientar o valor que tem esta iniciativa, pois isso impacta diretamente no sector financeiro, pois a verba poupada no consumo energético em primeira instancia servirá para pagar o investimento, logo paga-se a ele mesmo, em segunda estância, essa verba é dinheiro que fica disponível para outros investimentos! -----

Fica assim demonstrado que é uma excelente iniciativa deste Município. Dizer ainda que em alguns Países da Europa, já é obrigatório fazê-lo, sendo penalizados os municípios de lá que não o implementem nos tempos determinados. Sendo “só” por isso este município pioneiro! -----

Tenho dito!” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que, em termos políticos, estavam “de acordo com o objetivo: mais eficiência energética, menos custos. Penso que ninguém estará contra.” -----

Referiu ainda que “nestes processos existe sempre um período de aprendizagem, um período de experimentação e um período em que se fazer caminho.” -----

Continuou dizendo que existem dois ou três tipos de iluminação e o equipamento que existe na via pública, como não é utilizado, estava a degradar-se. -----

“Existe também o problema, principalmente na Freguesia do Paul, da ausência de intervenção, por parte da EDP, em situações de avarias de iluminação pública. A Junta de Freguesia tem feito alguma intervenção. Os residentes também, mas o problema não se resolve. Penso que deve haver uma intervenção da Câmara Municipal, junto da EDP, para agilizar a intervenção em situações de anomalia porque as pessoas passam semanas em que a via se encontra às escuras no acesso às suas habitações.” -----

- O **Senhor Presidente da Câmara** informou que “a iluminação pública representa um dos maiores custos associados com a eletricidade no nosso Município. É absolutamente imperioso operar a substituição de equipamentos tecnologicamente ultrapassados. Importa reduzir os consumos de eletricidade do nosso atual sistema de iluminação, através da instalação de equipamento com maior eficiência energética, sem descurar os índices satisfatórios de iluminação pública e este plano identifica os caminhos onde operar esta substituição. -----

Não podemos ficar à espera das substituições pontuais que a EDP faz porque ela está a substituir a tecnologia antiga pela nova tecnologia, mas fá-lo de forma pontual e depois temos casos bizarros de Bairros onde numa ponta são de sódio e do outro lado são de sistema Led.” -----

Relativamente ao estudo, referiu que, no primeiro ano, o sistema esteve em funcionamento a 100%, entre o dia 1 de julho de 2018 e o dia 30 de junho de 2019, tendo existido uma poupança de 89%. “A poupança de energia obtida, no primeiro ano de serviço, foi de 1.596.662,72 kilowatts/hora, ou seja, mais 8,77% do que se previa face a *baseline* prevista que era de 1.793.951.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **PRAEN – Plano de Racionalização Energética – versão alterada**, foi a mesma **aprovada por maioria com 26 votos a favor (PS, Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP), PCP e os Presidentes de Junta e União de Freguesias de Dominguiso, Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 3 votos contra (CDS-PP) e 3 abstenções (DNCCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Boidobra e Tortosendo. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto:

- **Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP):** “A Bancada do CDS votou contra este Plano porque a necessidade que temos para o poder validar do estudo não se prende única e exclusivamente com a situação financeira associada a ele. Não somos terraplanistas, portanto acreditamos que esta transformação trará poupanças efetivas. Não é por aí que vamos. -----

A existência das luminárias na Cidade da Covilhã garante, entre outras coisas, por exemplo a segurança dos nossos concidadãos e não foi assegurada nesta primeira fase. -----

Ao desconhecermos os resultados deste estudo, não nos sentimos confortáveis ao votarmos em abstrato o Plano.” -----

- **Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP):** “Relativamente a este ponto, a nossa Bancada entendeu abster-se. -----

É evidente a necessidade de cada Município e, neste caso concreto, o Município da Covilhã ter um plano de racionalização de energia elétrica. -----

A iluminação pública constitui um dos custos mais elevados do Município. Há uma necessidade de reduzir os consumos de eletricidade.

Mas, de facto, desconhecemos em absoluto os relatórios que terão sido já realizados, sobre a execução do plano e esses relatórios, para nós, têm uma importância fundamental para fazermos uma aferição da execução do próprio plano; verificar as vantagens e eventuais desvantagens do plano; verificar qual é, em termos concretos, a poupança de eletricidade para o Município e também para a própria segurança das pessoas. -----

Como aqui já foi dito, não basta proporcionar às pessoas e aos cidadãos um plano com uma contenção de custos. Tão ou mais importante é necessário proporcionar às pessoas a segurança, a sua própria segurança. E, portanto, não há relatórios, não há estudos sobre isso e daí o nosso voto de abstenção.” -----

- **Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Votei favoravelmente este Plano na esperança de que, com a poupança que seja efetuada, a Câmara Municipal alcatroe a Estrada Municipal 513.” -----

- **Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Em nome da Bancada do Partido Socialista, quero justificar o voto favorável e saudar o Executivo Municipal pela aprovação deste documento.

Relembro que é um documento estratégico de autoria do Executivo Municipal do Partido Socialista na Câmara Municipal. -----

É um documento estratégico de apoio à gestão que procura, no âmbito da Câmara Municipal, delinear estratégias para poupar energia e aumentar a eficiência dos recursos. -----

A primeira versão foi aprovada ainda no anterior Mandato e dizia-nos que na primeira fase iríamos intervir nos semáforos e na iluminação pública urbana; numa segunda fase na iluminação pública dos Parques Industriais; numa terceira fase, que é o que hoje aqui vem, alargámos isto, por decisão do Executivo Municipal, a toda a iluminação pública de todo o Concelho. Isto é, aquilo que se fez, a título experimental no centro urbano da Cidade, vai-se alargar à zona urbana de todas as Freguesias. -----

Quero destacar, nesta declaração de voto, exatamente a bondade deste plano que aproveito para dizer que cumpre aquilo que é a legislação em vigor. Existe hoje legislação em vigor que nos diz qual é o índice de luminosidade que qualquer espaço deve ter – um espaço pedonal, um espaço de uma rodovia, um espaço de uma autoestrada e uma luminosidade diferente se for um Jardim. Portanto, tudo isso está tipificado em Lei e este plano cumpre essa Lei. -----

E, também no âmbito do Partido Socialista, creio que a Câmara não terá problemas em vir a esta Assembleia apresentar o estudo que tem no âmbito da poupança do projeto piloto que já existe.

Mas quero destacar, de facto, a visão e o rasgo da constituição deste plano. É através dele que nos permite, numa perspetiva de longo prazo, irmos poupando energia aumentando a eficiência dos recursos. E, destacar que não só o fizemos no âmbito do espaço urbano da Cidade, mas tivemos o cuidado de o alargar ao espaço urbano das freguesias, demonstrando que não existem Cidadãos de primeira e de segunda no Concelho da Covilhã. -----

E, por isso a Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente e saúda a aprovação deste plano, esperando que o Executivo Municipal continue a trabalhar para o alargar e ir mais além do aquilo que aqui hoje estamos a aprovar.” -----

2.3 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA - ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR E CAF NO 1.º CICLO - ANO LETIVO 2019/2020 – REFORÇO - UNIÃO DE FREGUESIAS DE COVILHÃ E CANHOSO E FREGUESIA DE VERDELHOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de dezembro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 7008 de 2019.12.10 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referindo que concordavam “genericamente com as delegações de competências desde que se cumpra a Lei quanto ao processo de recrutamento e celebração de vínculo com o trabalhador a contratar. -----

Deixar também ao Executivo uma reflexão que é: -----

Porque razão é que os pais de crianças que residem no nosso concelho preferem que as crianças frequentem escolas de concelhos limítrofes (e falo de Pampilhosa da Serra, Fundão e Belmonte)?

E porque razão é que os alunos do Pesinho, Alcaria, Fundão, ..., mais próximos de escolas do concelho da Covilhã, não as frequentam? -----

Poderá haver alguma situação que é necessária repensar. -----

Aquilo que me parece é que preferem porque têm melhores condições e melhores apoios do que do concelho da Covilhã. Ajudam no transporte, na alimentação e no material escolar. É a justificação que oiço há já muitos anos. -----

Fica para a reflexão do Executivo para a análise deste fenómeno e procurar-se encontrar uma justificação de porque razão é que o concelho da Covilhã perde alunos e, perdendo alunos, também tem a ver com verbas atribuídas ao próprio Município.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Contrato de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Atividades de Animação e de Apoio à Família no Pré-Escolar e CAF no 1.º Ciclo - Ano Letivo 2019/2020 – reforço – União de Freguesias de Covilhã e Canhoso e Freguesia de Verdelhos**, foi a mesma **aprovada por maioria com 28 votos a favor (PS, DNCCP e Presidentes de Junta e União de Freguesias) e 5 abstenções (CDS-PP e PCP)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Arq. João José Augusto Quelhas Gaspar (PS) e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Boidobra e Tortosendo. -----

2.4 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ AO CONSÓRCIO EXTERNO – ESTRATÉGIA DE EFICIÊNCIA COLETIVA PROVIDER “TERMAS DO CENTRO”

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 24 de janeiro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas n), *in fine*, do n.º 1 e k) do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 2, do artigo 56.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, através do ofício n.º 435 de 2020.01.28 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** teceu considerações, formulou algumas questões, alertou para o lapso na denominação do ponto e propôs a sua correção conforme o n.º 2, do artigo 1.º do Contrato de Consórcio Externo. **(doc.16)** -----

“Votaremos este ponto, favoravelmente. Porém, permitam-nos que façamos algumas considerações e formulemos algumas questões. -----

Da leitura da ata da reunião do executivo camarário realizada em 24/01ressalta e passamos a citar: "a câmara deliberou aprovar a adesão ao Consórcio - Território Termal de Unhais da Serra/Covilhã". -----

No parágrafo seguinte, assinalamos e continuo a citar: "Mais deliberou remeter o processo administrativo para aprovação da Assembleia Municipal". Informação que alinha com o título do ponto 2.4 da ordem de trabalho desta Assembleia, agora em discussão. -----

Ora, depois de analisar a informação que sustenta este ponto parece-nos que talvez possa existir um pequeno lapso que necessite clarificação, quiçá correção. -----

Na verdade, parece-nos que o que se pretende é que Executivo Camarário e esta Assembleia deliberem sobre a adesão da Câmara Municipal da Covilhã, enquanto autarquia do Território Termal de Unhais da Serra, ao consórcio "Provere Termas Centro 2019/2021". (artigo 2. Denominação de consórcio) -----

Neste contexto, caso seja esse o vosso entendimento, proponho que procedam às correções do texto que considerem adequadas. Se assim não for podemos estar a aprovar a adesão a um consórcio que não existe. -----

Este consórcio apresentará nas suas fileiras cerca de oitenta sócios onde se incluem concessionários ou titulares de estabelecimentos termais, hotéis, restaurantes, empresas de animação turística, outras instituições ligadas à área termal. -----

A título de exemplo mencionamos a ADRACES de Castelo Branco, a ADRUSE de Gouveia, Terras de Coa, Raia histórica, entre muitas outras -----

Do nosso território integrarão o Consórcio, para além desta Câmara a nossa Universidade e as Termas de Unhais. A questão que deixo, senhor Presidente é se podemos saber a justificação para que outras organizações do concelho não integrem o Consórcio, nomeadamente e entre outras a Aderes, a Rude, os Restaurantes Lenda Viriato, Lezírias, Cortiço e Termas, bem como as Freguesias de Unhais da Serra, Cortes, Erada e Paul? -----

É também verdade que cada território termal terá um chefe de fila, interlocutor privilegiado, responsável perante o PROVERE pelo pagamento das quotizações e que poderá indicar outros consorciados do território Termal. No nosso caso quem é o chefe de fila? A Universidade, a Câmara ou a sociedade Termal de Unhais da Serra? -----

E para terminar lembro que o Território Termal de Unhais enquanto denominação e recurso endógeno, pode, também aqui, trazer mais-valias para o concelho, aguarda pela conclusão da estrada que liga Unhais da Serra à Nave de Santo António. -----

Disse" -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que na análise do processo também se levantou a "questão que o Senhor Deputado António João já colocou. Porque não outras Entidades (iria reduzir os custos de cada associado)? -----

E gostaria de saber a identificação dos sócios que há 20 anos constituíram esta sociedade, visando a concessão." -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** referiu que, “independentemente de haver alguma gralha relativamente à denominação, o que está aqui em questão é simples. É a promoção de projetos âncora de animação, marketing e comunicação no valor total de dois milhões duzentos e tal mil euros, dos quais financiados em um milhão novecentos e setenta mil por Fundos Europeus. Como é óbvio, a Covilhã não podia estar fora e não podia deixar de apoiar Unhais da Serra na participação neste Consórcio que tem todo o interesse na promoção do turismo e para a promoção das atividades associadas ao turismo no território de Unhais da Serra.” -----

- **O Senhor Presidente da Câmara** informou que “a denominação de agendamento não está correta. Deveria ser “*Consórcio Externo - Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE Termas do Centro*”. Mas o conteúdo é que é importante. -----

O importante aqui é: integram este consórcio a Associação Termas de Portugal, câmaras municipais, empresas privadas, ... e está aberta a quem quiser. Ou seja, a Câmara Municipal da Covilhã não condiciona, nem pode condicionar quem quer que seja. Quando muito exorta a que todos participem. -----

Ainda está em aberto e, portanto, ainda podem aderir mais entidades e empresas.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, não havendo mais intervenções, colocou a proposta à votação com a denominação corrigida. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Adesão do Município da Covilhã ao Consórcio Externo – Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE “Termas do Centro”**, foi a mesma **aprovada unanimidade**. -----

2.5 – PROCESSO N.º 407/18DIV - ARTIGO URBANO N.º 183 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE COVILHÃ E CANHOSO - PEDIDO DE CERTIDÃO DE ISENÇÃO DE IMI

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 21 de fevereiro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1359 de 2020.02.24 e seus anexos. -----

- Este documento, que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que fundamentou a apresentação da proposta com a finalidade de corrigir o prazo de isenção de cinco para três anos, prazo permitido por Lei. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Processo n.º 407/18DIV – Artigo urbano n.º 183 da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso – Pedido de Certidão de Isenção de IMI/ARU'S – convalidar a deliberação tomada em 30 de abril de 2018 no âmbito do processo de obras n.º 407/18DIV – artigo urbano n.º 183 da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso, mantendo a parte relativa à deliberação das aru e reformulando a concessão da isenção do IMI aplicando o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF; e retroagir os efeitos à deliberação tomada**, foi a mesma **aprovada por maioria com 26 votos a favor (PS, PCP e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Dominguiso, Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 6 abstenções (DNCCP e CDS-PP)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP) e os Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesia de Boidobra, Tortosendo, Cantar Galo e Vila do Carvalho. -----

2.6 – ABERTURA DO PROCEDIMENTO PARA A CONCESSÃO DO SISTEMA DE MOBILIDADE DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 07 de fevereiro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1100 de 2020.02.13 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu a palavra ao Senhor Eng.º Valter Duarte para fazer a apresentação do ponto. -----

--- O Senhor Eng.º Valter Duarte, responsável pela elaboração do Plano de Mobilidade, fez a seguinte apresentação: -----



Transportes Públicos - Concessão atual



TRANSPORTES PÚBLICOS RODOVIÁRIOS

- Contrato atribuído à Covibus em 2009.
- Duração de 10 anos.
- Contrato do tipo Net Cost - receitas e risco de procura por conta do operador.

ESTACIONAMENTO TARIFADO

- 3 silos Municipais com capacidade para 570 lugares de estacionamento.
- 157 lugares de estacionamento na via pública.

ELEVADORES E FUNICULARES

- 3 elevadores verticais.
- 2 elevadores inclinados.
- 1 funicular.
- Indisponibilidade dos elevadores e funiculares.
- Canibalização do serviço de transporte rodoviário.

Desafios da mobilidade na Covilhã



- Proximidade do termo da concessão de Transportes Públicos.
- Inverter a tendência de redução de passageiros nos Transportes Públicos
- Necessidade de racionalizar a exploração dos elevadores e funiculares
- Inexistência de ligação entre a Covilhã e a Torre, através de transporte público
- Promover a utilização de modos suaves nas deslocações urbanas
- Tornar o SMC atrativo, através da integração de todos os modos num único suporte eletrónico, de fácil utilização

SISTEMA DE MOBILIDADE
DA COVILHÃ

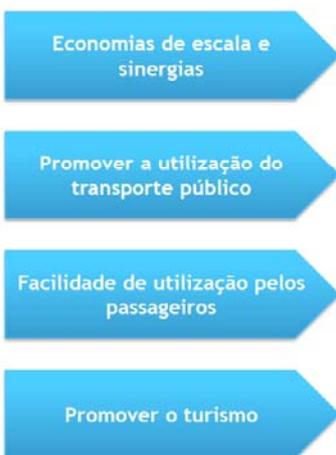
3

Sistema de Mobilidade da Covilhã



4

Objetivos do novo conceito

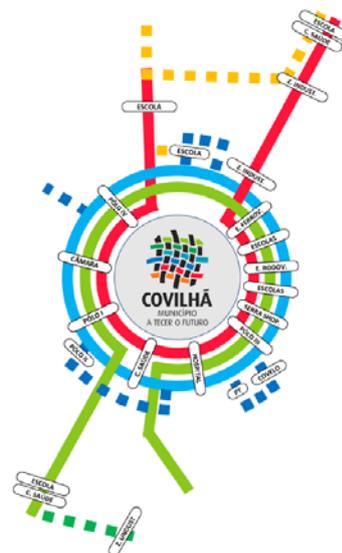


5

Transporte Público Rodoviário



- Reformulação da rede, a propor pela Concessionária, sujeita à aprovação da CMCovilhã.
- Maior facilidade de utilização da rede.
- Maior facilidade de interpretação da rede.



6

Estacionamento Tarifado



- Inclusão dos silos auto da Praça do Município, Estação e Sporting e estacionamento tarifado na via pública, num total de 1.000 lugares.
- Condições especiais para moradores:
 - 1º veículo: gratuito.
 - 2º veículo: 30€ / ano;
 - 3º veículo: 60€ / ano.
- Primeiros 30 minutos gratuitos nos Silos Automóveis.
- Desconto mínimo de 10% no estacionamento da via pública para detentores de passe mensal.
- Fiscalização a cargo do Concessionário.



9

Elevadores e funiculares na Covilhã



- Exploração e manutenção passa a ser realizada pelo Concessionário.
- Penalidades por indisponibilidade dos elevadores.
- 150 horas por ano de extensão de horário.
- Condições especiais:
 - Residentes: gratuito;
 - Detentores de passe mensal: gratuito;
 - Estudantes: gratuito;
 - Restantes utilizadores: 0,50€.



10

Mobilidade Suave



- 100+ bicicletas elétricas partilhadas.
- 21 estações.
- Opção: trotinetas elétricas partilhadas.
- Condições especiais de utilização:
 - Passe Mensal: 8 minutos / dia.
 - Complemento de Passe Mensal.
 - Ocasionais: 0,50€ + 0,15€/minuto.



Set 018

11

Abrigos e Publicidade



- Substituição dos abrigos.
- Exploração de publicidade:
 - Abrigos
 - 200 Mupis.
 - 200 Postes de Sinalética Direcional em cruzamentos.



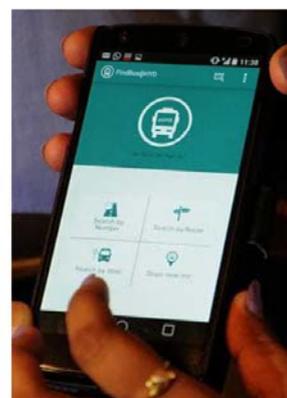
Set 018

12

App e Informação ao Público



- Aplicação de Bilhética Móvel que permita a utilização de todo o Sistema de Mobilidade da Covilhã:
 - Transportes Rodoviários;
 - Elevadores e Funiculares;
 - Estacionamento Tarifado;
 - Mobilidade Suave.
- Passa a ser obrigatório disponibilizar, nas paragens, um conjunto de informação ao público como mapa da rede, horários, etc, até aqui inexistentes.



Set 018

13

Tarifas



- Condições especiais de utilização:
 - Passes Escolares (até ao 12º Ano): Gratuitos.
 - Passes Universitários (estudantes recenseados na Covilhã): Gratuitos
 - Passes mensais Idoso e Criança: 50% desconto;
 - Complemento CIMBSE + Covilhã: gratuito.
- Novo bilhete diário: 3,00€ / 1,50€.
- Programa PART: em função das verbas atribuídas à Covilhã, será possível implementar descontos adicionais.



14

Investimento



- Forte investimento do Município da Covilhã no seu sistema de mobilidade.
- 800.000€ por ano.



15

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os seguintes Membros Municipais: ---

- O **Senhor Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)**, tendo verificado a ausência do Silo do Mercado na apresentação feita, perguntou o que é que a Câmara pretendia fazer com o mesmo. - Perguntou, também, se nas deslocações à Covilhã, os residentes nas aldeias mais longínquas, não detentores de passe, mas de um bilhete de autocarro, poderiam usufruir dos transportes urbanos gratuitamente. -----

Constatou que “vai haver o fim do Cartão do Idoso. Na sua génese, uma parte desaparece porque vão ter que pagar 50%. Vamos aguardar para ver.” -----

Relativamente aos horários escolares, chamou a atenção para os horários dos autocarros que vêm das aldeias, nomeadamente de São Jorge da Beira e Sobral de São Miguel, que quando chegam à Covilhã já as aulas tiveram início. -----

“Este concurso vai mudar a Cidade. Esperemos que seja para bem.” -----

Por fim, sugeriu que, antes do início desta concessão, fosse dada formação aos interessados para mais fácil utilização das novas tecnologias. -----

- O Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) iniciou dizendo: -----

“É evidente que tudo o que é estudos e que tenha como objetivo melhorar a mobilidade das pessoas, da nossa parte, à partida merece sempre o seu acolhimento. -----

Primeiro, agradeço a presença do Eng.º Valter Duarte pela apresentação que realizou e mereceu aqui várias interrogações das quais gostaria de obter as adequadas respostas. -----

Estamos a ver um estudo de mobilidade que, naturalmente, tem a ver com os transportes e tem a ver também com a circulação dos automóveis e com a circulação das pessoas. -----

A primeira questão que lhe coloco, porque não vejo nada sobre isso, se foi feito algum estudo do trânsito. É que isto não basta dizer, quem conhece a Cidade, que vamos colocar mais ou menos estacionamentos no centro da Cidade, que vamos taxar mais ou taxar menos os estacionamentos, ... porque há uma outra coisa que a Covilhã tem que refletir e tem que resolver que é o próprio trânsito. Como é que se vai proceder, como é que se vai processar o trânsito na Cidade? Como é que se vai processar na zona do Pelourinho, neste caso concreto, a circulação dos automóveis? O acesso à Serra será feito pela mesma via? Será colocada uma outra via? -----

Porque repare: para que isto possa também resultar, parte-se do pressuposto que vai passar a haver mais transportes públicos. Para que os transportes públicos possam ser eficazes tem que ser menos espaçados no tempo. Portanto, aumenta o tráfego no centro da Cidade. E, eu aqui ainda não vi nada, relativamente ao trânsito. O que é que está previsto? Se isto foi ponderado, se foi estudado, se foi analisado, como é que é feita a gestão do trânsito? -----

Uma outra questão é como é que é feita a ligação entre a rodovia e a ferrovia? Porque para ser uma coisa integrada, na minha opinião, não basta ser só a parte da rodovia. Temos também a questão da ferrovia. -----

E, não esquecer o Concelho que somos porque é a outra questão que eu lhe queria colocar. Relativamente às localidades, ou seja, as nossas vilas, as nossas aldeias, do nosso Interior, como é que é feito? O que é que está previsto, relativamente à questão dos transportes? Se isto foi concertado, se isto foi ponderado, se há aqui alguma ligação que permita um melhor acesso dessas pessoas para a Cidade? -----

Falou no estacionamento taxado em algumas zonas da Cidade, por quê nessas zonas e não noutras? Foi feito algum estudo? -----

No tocante aos elevadores, é proposto um controle, um pagamento. Pergunto: como é que é feito esse pagamento? É à entrada, é nos dois locais (entrada e saída), é através de uma pessoa que acompanha os utilizadores, qual é o custo? -----

Na questão da mobilidade suave, foi atendida a especificidade da nossa Cidade? A nossa Cidade é uma cidade montanha e presumo que foram englobadas as famosas ciclovias e, relativamente a essas ciclovias, qual foi o critério utilizado? Qual foi o estudo realizado? Por aquilo que eu já vi, naquelas que foram desenhadas ou pintadas, colocam-se questões de segurança de circulação dos utilizadores *versus* com os senhores condutores de veículos automóveis porque há zonas que

bifurcam. Não sei como é que isso se vai fazer e era uma outra questão que eu gostaria de ver esclarecida. -----

Relativamente aos abrigos, que tipo de abrigos está previsto; se obedece a alguma estética ou material; e se está ou não enquadrado. -----

Depois a pergunta final: qual o custo da concessão? Eu ouvi, se é que ouvi bem, um valor de 800 mil euros/ano. É este o valor? E eu pergunto como é que chegaram a este valor ou fórmula de cálculo?" -----

- O **Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** fez a intervenção que se transcreve: **(Doc. 17)** -----

“A Câmara Municipal vem nos propor a abertura de um procedimento para a concessão do Sistema de Mobilidade da Covilhã, por 10 anos, e a criação de mais uma PPP onde quem ganha é a empresa e quem paga é a Câmara Municipal, ou seja, nós todos. -----

Propõe-se a concessão do transporte rodoviário na chamada grande Covilhã (Teixoso, Covilhã, Boidobra e Tortosendo) e na ligação à Serra, a exploração dos elevadores e funiculares, as bicicletas e trotinetes. -----

Para esta concessão a Câmara definiu uma compensação de 800.000 € +IVA e oferece ao futuro concessionário um conjunto largo de incentivos à concessão que passa pela oferta da exploração dos silos do Município, da Estação e acrescenta, ainda, os do Sporting com pagamento de renda ao clube. -----

Para além dos silos acrescenta ainda a exploração, no âmbito da concessão, de 1.000 estacionamentos à superfície, da publicidade nas viaturas, nos abrigos de passageiros e na sinalização direcional publicitária. -----

Assim o concessionário irá ser remunerado pelos proveitos da atividade, pela compensação paga pelo concedente e outras compensações pagas pelo Estado (o passe 4-18, o passe sub23 no âmbito dos programas de mobilidade para jovens e pelo PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes). -----

Também nos é afirmado, mas não demonstrado, que a exploração pública de 1.142.000/ano é mais onerosa para o município. -----

Porém, no valor indicado para o contexto de exploração pública, nada é referido se se encontram aqui contabilizados os proveitos da atividade e as compensações pagas pelo estado acima referidas. -----

Dizer que é menos oneroso dar uma compensação ao concessionário do que a exploração pública, sem levar em conta os proveitos e outras compensações do Estado, é fazer comparações pouco rigorosas. -----

Saliente-se, pelo menos, que as disposições laborais salvaguarda a transição dos trabalhadores da atual operadora. -----

Existem alguns avanços na mobilidade rodoviária, na área concessionada, quanto à possibilidade de utilização do mesmo passe nos diferentes operadores. -----

Nada existe, nos documentos, quanto à utilização prioritária de veículos eléctricos. -----

A taxa de atualização anual, para a compensação ao concessionário, garante ao mesmo a renda sem correr qualquer risco relativo a alterações de preços de combustível, salários e amortizações, ou seja quem paga são os utentes. -----

Se existe um desequilíbrio financeiro na empresa, esta tem o direito da revisão da concessão. Não nos revemos nesta proposta de concessão, porque discordamos do estacionamento tarifado à superfície na dimensão de mil, eu não sei se a Câmara já fez **mil** estacionamentos – **mil** à superfície, é o que lá está - daí eu levantar a questão: **mil** na Cidade? Só se englobar as Freguesias, o Tortosendo, a Boidobra... e se calhar o Paul, não é? -----

Então o Senhor Presidente anterior, o Senhor Carlos Pinto, não conseguiu 120 para oferecer à Concessionária dos Silos do Pelourinho e daí a Concessionária ter denunciado o contrato da concessão, como é que agora vamos arranjar mil? Bom, só se a Câmara do PSD por inoperância, ou propositadamente o fez, não conseguiu oferecer os 120 à então empresa concessionária. -----

Não nos revemos na proposta de concessão, porque discordamos da exploração dos elevadores e funiculares. Elemento que irá reduzir, na nossa opinião, a mobilidade da Cidade, porque haverá muita gente que não os irá utilizar, porque tem que pagar 50 cêntimos. -----

Discordamos dos incentivos dados, na concessão, com a exploração dos silos do Município, Estação e Sporting, porque discordamos das PPPs – Parcerias Público Privadas, que sugam o erário público sem correrem qualquer risco. -----

Apesar do parecer positivo da AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes – esta entidade não deixa de fazer recomendações e determinações, nomeadamente a necessidade da elaboração do relatório anual da execução contratual e a necessidade do cumprimento da legislação laboral. -----

Esperamos que, no âmbito da concessão da CIM, se assegure o passe escolar mensal gratuito, aos Jovens que residem em Verdelhos e São Jorge da Beira e frequentam as Escolas da Cidade até ao 12.º ano, articulando-se com a necessidade urbana, porque nestes documentos nada se encontra onde esteja isto garantido, não podemos deixar de garantir a todos os Jovens do nosso Concelho, como já o reafirmámos várias vezes, e o Senhor Presidente da Câmara o disse e afirmou que “*isso está assegurado*” vamos esperar que sim, que se assegure. E, esperamos, ainda a existência de um passe único concelhio, para a utilização em todos os operadores, no valor de 30€ reforçando assim o número de utentes do sistema rodoviário. -----

Disse. ”-----

- O Senhor Eng.º **Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

“Sobre isto, o Partido Socialista já se pronunciou, mas quero apenas tecer duas ou três considerações. -----

Estamos hoje aqui a tratar de um assunto que é um imperativo da realidade que tem a ver com os transportes públicos urbanos – uma responsabilidade da Autarquia. Aliás, recentemente, já nesta Assembleia, assumida como entidade urbana de gestão, antes era uma entidade central, foi transferida essa responsabilidade de gestão e autoridade de gestão urbana para o Município da Covilhã e, em 2019, terminava aquilo que era a concessão atual da COVIBUS. -----

Este Executivo Municipal, presidido pelo Partido Socialista, tinha uma de duas opções: ou renovava aquilo que tinha sido feito ou aquilo que me parece diferente e que merece destaque é a coragem e o arrojo desta Câmara Municipal que entendeu que era preciso e esta era uma oportunidade de ouro para lançar e perspetivar um sistema de mobilidade para a Covilhã que vá muito para além daquilo que é o simples autocarro e que vá ao encontro daquilo que são as necessidades de mobilidade do futuro. -----

Para isso fez e optou, com a ajuda de uma consultora reputada e, pelos vistos, bastante capaz, conseguiu montar um sistema que, nas palavras do Presidente da Autoridade da Mobilidade e Transportes, está na primeira divisão ou na *champions* dos sistemas de mobilidade. E, aquilo que me parece significativo é que nós vamos fazer isto poupando dinheiro à Câmara e aumentando a oferta de serviços às nossas populações. -----

Eu não posso deixar de lembrar, porque ainda hoje aqui não foi dito, aos Senhores Deputados, e o Senhor Presidente da Câmara já tornou público, que, pelo prolongamento de um ano contrato de autocarros de setembro de 2019 a setembro de 2020, a Câmara Municipal da Covilhã vai pagar 600 mil euros. -----

Um utente, hoje, que tenha um passe municipal urbano paga 33,95€. Com esse passe, ele tem o direito de fazer o percurso urbano de autocarros. -----

Aquilo que aqui está a ser proposto é que, no próximo ano, quando isto entrar em vigor, esse utente, pelos mesmos 33,95€, vai ter direito aos mesmos autocarros já se percebeu aqui que com mais frequência porque, com o modelo circular e com os autocarros que vêm da CIM, a frequência de passagem vai ser mais. -----

Portanto, os autocarros vão ter mais oferta, mas ele vai ter *x* minutos de bicicletas; vai ter *x* minutos de estacionamento; ele vai poder utilizar os elevadores; ele vai poder ter abrigos de passageiros qualificados; e, se quiser, pode andar de trotinete pelo mesmo preço.

E espantem-se Senhores Deputados, é que a Câmara Municipal, para além dos 600 mil euros que já paga, paga mais 200 mil euros. -----

Dir-se-á: é muito; é pouco; não chega; é preciso, ... Como eu já ouvi, da Oposição, dizer que a Covilhã não tinha dimensão; que não estava preparada; que não tem escala suficiente para testar um modelo destes, que é demasiado inovador e demasiado arrojado, que ainda não foi testado em lado nenhum. -----

Meus Caros, -----

Acho que a Covilhã está preparada. Acho que a Covilhã está de parabéns e o Executivo da Câmara Municipal está de parabéns porque não tenho dúvidas que estamos aqui hoje a fazer a aprovação de um sistema (não estamos a fazer a aprovação de peças concursais) que fará história e que será, digamos, a espinha dorsal do futuro, nas próximas décadas, da mobilidade na nossa Cidade. -----

Já se falou aqui do programa PART. É preciso esclarecer que, independentemente destes preços, a aplicação do programa PART vem incidir sobre os preços atuais. Isto é: se o programa PART, em função dos valores que venham a ser atribuídos ao Município da Covilhã, perspetivar um desconto, suponhamos, de 10€ no passe mensal, o passe mensal deixa de custar 33,95€ e passará a custar 23,95€ ao utente. O impacto do desconto do programa PART será refletido nos utilizadores e não, como porventura poderia ficar a ideia da intervenção do Deputado Municipal que me antecedeu, que isto seria mais uma compensação para o operador e que não incidiria diretamente nos Municípios. Não. Os descontos que venham adicionais vão incidir diretamente nos Municípios. -----

Com certeza que é uma receita do concessionário ora se colocamos no concessionário o risco da procura. O concessionário estará obrigado a manter a mesma frequência de utilização de autocarros, de elevadores, de bicicletas e de trotinetes, mesmo que não tenham nenhum utilizador. -----

Portanto, em absurdo, se aquela linha não tiver um único utilizador, a Câmara Municipal pode exigir ao concessionário que continue a exercer essa linha. -----

Parece-me legítimo e lógico que, se colocamos o risco da exploração comercial no concessionário, ache natural que as receitas dessa exploração no concessionário.” -----

- O **Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** referiu que “vinha preparado para fazer uma intervenção, mas esta apresentação, que nos foi feita, deixou-me aqui um bocado Perplexo porque vinha preparado para discutir um lançamento de um concurso e não um plano de mobilidade. -----

Aquilo que, efetivamente, mais me preocupa é o plano de mobilidade que se está aqui a criar para a nossa Cidade e não para o nosso Concelho. É o que se antevê pelas apresentações. -----

Concordamos com a situação do PCP que diz que estão aqui 1000 lugares de estacionamento de superfície. É aquilo que consta da apresentação e não os tais 300 que referiram. Compreendemos que haja uma gralha e que deveria ter sido retificada. A mesma poderia ter acontecido se, quando nos convidaram enquanto Deputados Municipais para uma apresentação pública, no horário em que foi feita, nos tivesse sido remetida essa apresentação. Podíamos ter logo reparado esse erro, uma vez que, quem esteve na altura, não reparou. Num projeto *Champions*, estranha-se que haja um erro de *casting*! -----

Mais. -----

Há aqui outra situação que é preciso referir que é a articulação com a CIMBSE. Falamos na apresentação de um acordo em termos de tarifas e não de uma efetiva articulação entre uma carreira que venha, por exemplo, de São Jorge que chegue à Covilhã e que queira seguir para o Teixoso. Essa articulação não se fala. Confia-se na boa-fé e na atitude da CIMBSE. -----

Tivemos aqui hoje Municípios da Freguesia da Boidobra, da Quinta Branca, que aguardam há 3 anos por uma regularização de um horário e não conseguimos fazer isso em sede de Comunidade Intermunicipal. E agora vamos deixar aqui essa articulação com base numa linha, que se vê na apresentação, que é concertação tarifária. Não falamos no resto. -----

Há aqui mais uma série de coisas: tipo o transporte para a Torre, em que estamos a interferir precisamente na zona que cedemos, por Delegação de Competências, à CIM. Tudo isto poderia ter sido evitado se, efetivamente, tivesse havido uma discussão alargada sobre este tema. -----

A minha vida profissional rege-se pelo lema - *a melhor forma de avançar* - e eu não creio que esta seja a melhor forma de avançar. -----

Uma discussão alargada era necessária e era exigível porque, efetivamente, este é o maior desafio que enfrentamos nos dias que correm – o desafio da mobilidade, de uma mobilidade sustentável – e não é aquilo que estamos aqui a ver. -----

É sim um projeto ambicioso; poderá estar em muitas áreas muito bem conseguido; mas tem lacunas e as lacunas vêm da falta de debate, um debate que seria necessário e exigível para um projeto com esta ordem de grandeza. -----

Aquilo que vinha preparado para fazer, era justificar aquilo que foram as nossas atitudes ao longo deste processo. Numa primeira fase, em sede de Reunião de Câmara, com as justificações apresentadas pelo Senhor Valter Duarte e, na altura, corroboradas pelo Senhor Presidente da Câmara ao nosso Vereador, levou a que alterássemos o nosso sentido de voto, naquela reunião, de um voto contra para um voto favorável, numa atitude de boa-fé, tendo consciência do desafio que enfrentamos. E, aquilo que aconteceu, desta primeira fase até agora, foi que todas as dúvidas que tínhamos se mantêm. E, hoje, no plano ou concurso que apresentam nada se modificou. ----

Há aqui uma dúvida clara: como é que hoje uma conta para o Município de 600 mil euros se transforma, incluindo os elevadores, as bicicletas, as trotinetas, numa conta única de 800 mil euros/ano? -----

Não creio, por aquilo que é a minha experiência e por aquilo que vejo, que haja capacidade, por parte do mercado, de responder a um concurso destes. Temo que um concurso tão amplo como este fique sem concorrentes, deserto e que isto seja, posteriormente, entregue à peça por ajuste direto. -----

Tenho dito!” -----

- O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que “Camões tinha razão: os velhos do Restelo são sempre os mesmos! E, aqui, os extremos tocam-se: a extrema-direita e a extrema-esquerda, ou quase a extrema-direita e ou quase a extrema-esquerda. -----

Estamos aqui a confundir conceitos, a confundir coisas e quando eu mostro a minha perplexidade não é para obstaculizar ou impedir que alguém coloque questões. Tenho o direito a ficar espantado com determinadas questões. Tenho o direito a ficar indignado com algumas questões. Mas isso são sentimentos subjetivos que em nada adiantam para esta discussão. -----

O importante que temos a reter é o seguinte: Os Senhores falam, recorrentemente, *pois, não há visão estratégica; não se estuda; não se fazem estudos; não há discussão pública; não se olha para o futuro*. E quando a gente faz isto, os Senhores não dizem presente. Dizem ausente. -----

Nós tivemos uma sessão pública, há uns meses, publicitada, na Câmara Municipal, com o Senhor Presidente do IMT, com os nossos Consultores, com o Diretor da mais importante Revista Portuguesa de Mobilidade, com Especialistas da mais variada natureza, com Universitários, com Académicos e não vi lá nenhum Político. Agora, estão pesarosos! *Ah, mas falta aqui um pormenor; mas como é que se chegou a esta conclusão? Como é que se alcançou este desígnio?* E não aparecem! Quando são convocados, não aparecem! -----

Querem discussão pública e quando se promove a discussão pública não aparecem! Oíçam, eu não entendo isto, desculpem! Ou sim ou sopas. Agora, não venham é a atamancar desculpas para votar contra. Digam assim: *votamos contra porque não queremos isto; não queremos que os Senhores tenham sucesso com isso; não queremos que a Covilhã se desenvolva; não queremos que a Covilhã atinja o patamar que deve atingir*. Os Senhores são “bota abaixistas”! -----

Desculpem, eu sou livre de exprimir a minha opinião. Não estou a ofender ninguém. Estou a emitir um juízo de valor. -----

A questão do preço – estamos a pagar cerca de 600 mil euros e estão de fora os elevadores. Se vier a mobilidade suave, está de fora também. -----

O que estamos aqui a discutir são linhas gerais. -----

Os Senhores estão-se a esquecer de outra coisa: o caderno de encargos tem que ir à Câmara. Não estamos a discutir o caderno de encargos! Os Senhores partem logo para o final! Em vez de olharem para os pressupostos, para os alicerces, para o que está a montante, não. Vão logo para a foz! Não vão para a nascente e não fazem o percurso. Vão logo para a foz e é a foz da desgraça!

Se isto fosse noutra Cidade, nem vou mencionar qual, vivíamos no Paraíso. Vejam bem que ali, naquela Cidade, estão a discutir coisas importantíssimas para o futuro e estão no Paraíso. Nós estamos no Inferno que aqui não são capazes de promover uma discussão destas. Promovemo-la, não aparecem e, depois chegam aqui, assumem posições extremadas, em vez de discutirem com toda a profundidade as coisas. -----

Perguntem a quem percebe de gestão autárquica ou de administração autárquica se as Câmaras estão preparadas, se estão vocacionadas para manter elevadores e funiculares. Qual é a Câmara do País que está vocacionada para isso? Vão ver; oiçam os Técnicos; oiçam os Economistas; oiçam os Gestores; oiçam os Homens da Mobilidade. Oiçam! -----

É preferível que a Câmara, não estando preparada, esteja com os elevadores à espera que venham as peças sobressalentes, que se fabriquem peças! -----

O que pretendemos é dotar a Cidade de um bom Plano de Mobilidade. Obviamente que vamos fazer depois também ajustes. Quando se pensar no Caderno de Encargos vamos ver o horário do Teixoso, com o do Sobral de São Miguel, com a intermodalidade da ferroviária. Obviamente. -----

Hoje não estamos a discutir este pormenor. Não estamos a discutir um caderno de encargos. Estamos a discutir linhas gerais e princípios. Não estamos a discutir pormenores que hão de vir cá. Quando cá vierem, os Senhores agarram, fazem as vossas contas, olham para as carreiras e dizem *isto não serve, isto não presta*. -----

O que estamos a fazer é a abertura de um procedimento. Sublinho: **não estamos a discutir nenhum contrato** que há de ir à Câmara e há de vir aqui e depois há um concurso público. -----

E, já agora, sobre o preço: os 800 mil, podem não ser 800 mil porque aquele operador que oferecer o preço mais baixo, com mais serviços, é aquele a quem é concessionado. -----

Para responder a uma questão do Dr. Luís Fiadeiro, aliás a mais pertinente que colocou, que tem a ver com a questão do trânsito, obviamente que tem que se fazer depois um ajustamento (já agora, não há nenhuma ciclovia feita) face à circulação das trotinetes e das bicicletas.” -----

- O **Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**, em defesa da honra, disse que “não fica bem ao Senhor Presidente da Câmara o comentário que fez relativamente à apresentação pública. É que nem todos nós que aqui estamos somos funcionários da Câmara, nem temos ligações partidárias. Temos as nossas profissões e, para muitos de nós, o horário em que foi apresentado o programa, eu estava impossibilitado que estava num julgamento. E há aqui outros colegas que estavam no exercício das suas profissões. -----

Fazer-se essa crítica que quem não apareceu foi como quem não quis saber da situação e não quis atender relativamente a isso, acho que não fica bem. -----

O que não fica bem é, se olharmos aqui à nossa volta, isto estar quase em vias de deixar de ter quórum e os tais que não apareceram no dia estão a dar o corpo ao manifesto! -----

- O **Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)**, em defesa da honra, justificou que “sermos convidados para uma sessão pública de apresentação do Plano e não de discussão no horário em que foi, uma das coisas que frisei na minha intervenção foi que a minha vida profissional se liga a isto: procuro todos os dias na minha atividade profissional uma sustentabilidade para a mobilidade. É isso que me move. Portanto, interesse para isto, sempre. –

À hora em que foi – impossível! -----

Não posso deixar de frisar que o interesse é estarmos aqui agora, neste momento e à esta hora, a discutir este tema quando, neste momento, a bancada do Partido Socialista, que apresenta um caderno de encargos, está reduzida ao número de elementos que está! -----

Portanto, os bota-abaxistas, apesar de provavelmente irem votar contra este Plano, não estão neste momento em condições de o chumbar a não ser que abandonem e deixe de haver quórum nesta Assembleia!” -----

- O **Senhor Eng.º Válder Duarte** prestou os seguintes esclarecimentos de natureza técnica: -----

- “Relativamente aos 1000 lugares, são mil lugares no total: sensivelmente 700 lugares em silo e 300 lugares à superfície; -----
- O porquê de fazermos uma concessão e não fazermos a exploração direta: das análises que fizemos, quer do ponto de vista de mobilidade, quer do ponto de vista de como o sistema funciona, quer do ponto de vista económico-financeiro (e isso é uma obrigação legal fazer o chamado comparador público/privado – em Portugal, empresas públicas neste setor temos em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e no Barreiro) fizemos essa comparação e a conclusão que se tira é que de longe esta opção sai mais económica, como tem mais riscos para o erário público face à operação pública. -----

Este número de 800 mil euros, quando comparamos com o ponto de partida daquilo que é a situação atual, temos um acréscimo não só do número de serviços importantes, como também uma redução de receitas, porque não podemos esquecer que há um conjunto de descontos, nomeadamente os estudantes universitários que deixam de pagar, etc. Tudo isso são receitas que abatem ao operador pelo que, por comparação àquilo que existe hoje, entre àquilo que deixa de receber e àquilo que ele tem de acréscimo de custos, o saldo é grande pelo que este valor final dos 800 mil euros, compreendo que para a cidade da Covilhã não é de certeza despicienda, mas parece-me um valor bastante eficiente face aquilo que era a exploração individual de cada um destes componentes. -----

- Articulação com a CIMBSE e os serviços da CIMBSE – A Câmara da Covilhã tem competência relativamente aos transportes urbanos e suburbanos e a CIMBSE tem competência relativamente aos transportes intermunicipais. Houve essa articulação com a CIMBSE não só nos tarifários (não apenas na questão dos preços, mas na questão de permitir as pessoas de passar a utilizar um conjunto de serviços que hoje não permitiam), mas também na cobertura que está a ser proposto na rede da CIMBSE (houve o cuidado da Câmara de fazer essa verificação). -----
- Articulação com os serviços ferroviários – As 3 carreiras, todas elas passam nos principais pólos da cidade (Câmara Municipal – Ferrovia – Central de Camionagem – Hospital, etc.)” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Abertura do procedimento para a Concessão do Sistema de Mobilidade da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria com 19 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Dominguiso, Orjais, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 9 votos contra (DNCCP, CDS-PP e PCP).**

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) e os Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesia de Boidobra, Erada, Paul, Tortosendo, Casegas e Ourondo, Cantar Galo e Vila do Carvalho, Covilhã e Canhoso. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS) (doc.18):** “A Mobilidade – seja de pessoas seja de mercadorias - já é hoje, e será cada vez mais no futuro, um dos principais fatores competitivos e de diferenciação para o sucesso dos territórios e das sociedades. -----

O importante não é tanto a distância a que estamos do que pretendemos, mas mais o tempo, o conforto e a disponibilidade de lhes aceder. -----

No ponto da nossa Ordem de Trabalhos que agora apreciamos trata-se de uma concessão de um serviço público de transporte de passageiros, no perímetro urbano, competência municipal desta autarquia, a uma entidade privada. -----

Em resposta ao fim da concessão dos transportes públicos urbanos rodoviários que ocorreu em 2019, num modelo tradicional e do século XX, o Executivo Municipal do Partido Socialista propõem a esta Assembleia Municipal uma concessão de um Sistema de Mobilidade integrado para o século XXI, com um contrato do tipo "Net Cost", isto é, um contrato em que as receitas e risco de procura ficam por conta do operador e num conceito que está, por qualificação de especialistas do setor, como ambicioso, avançado e na vanguarda dos sistemas de mobilidade para cidades do futuro. -----

Trata-se da construção de um Sistema de Mobilidade que coloca no centro da sua preocupação e conceção o Cidadão e a satisfação da sua necessidade diária de mobilidade e nas mais diversas circunstâncias do seu quotidiano. -----

A bancada do Partido Socialista acredita que este modelo multimodal, com gestão e oferta integrada de estacionamento, transportes rodoviários coletivos, bicicletas partilhas e veículos de mobilidade suave, elevadores e funiculares com uma requalificação da rede de abrigos de passageiros, criará uma oferta qualificada de transportes públicos e opções de mobilidade que atrairá novos utilizadores, privilegiando o transporte coletivo ou mais amigo do ambiente em detrimento do transporte individual e transformando a Covilhã, uma cidade de montanha de orografia acidentada e acessibilidades difíceis, numa cidade acessível e de mobilidade facilitada por um sistema com várias respostas, várias valências, arrojado mas que acreditamos que se afirmará pelo seus resultados. -----

A bancada do Partido Socialista valoriza ainda a salvaguarda junto da CIMBSE, entidade a quem aqui delegamos a Autoridade de Gestão de Transporte nos transportes intermunicipais que abrange um conjunto significativo de freguesias do nosso concelho, de que os Covilhanenses desses territórios que habitualmente se deslocam para o perímetro urbano através dos passes mensais rodoviários das linhas de responsabilidade da Autoridade Intermunicipal, passarão a ter direito a utilizar sem custos acrescidos todo o Sistema de Mobilidade Urbana com as mesmas vantagens que o Passe Mensal Urbano permite ao utilizador normal. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, pelas razões expostas nesta declaração e pelos argumentos aduzidos no decorrer do debate nesta Assembleia, os membros da Bancada do Partido Socialista votaram favoravelmente à abertura do procedimento para a Concessão do Sistema de Mobilidade da Covilhã.” -----

- **Senhor João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP):** “Começando por dizer que uma mobilidade sustentável é o maior desafio que a humanidade hoje enfrenta. -----

Não podemos votar favoravelmente este procedimento porque mantemos as mesmas dúvidas que ficamos por esclarecer à data da reunião de Câmara que as colocámos. -----

Os esclarecimentos pedidos e as informações que seriam posteriormente dadas, não foram apresentadas quando este processo foi novamente a reunião de Câmara, ao contrário daquilo que disse hoje aqui o Senhor Presidente já foi à reunião de Câmara. -----

Portanto, não podemos manter o voto favorável que tivemos na altura com base na boa-fé que apresentámos nessa reunião, por isso votámos contra este plano.” -----

- **Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP):** “Nós somos a favor de um plano, mas não deste plano. Isto que fique claro. -----

Verificamos que este plano tem os mesmos defeitos e os vícios que anotámos nas nossas intervenções, ao longo desta sessão e, sobretudo, verificamos que é um plano da Cidade e não um plano do Concelho. Nós temos uma ideia de maior integralidade do Concelho. Ou seja, tudo bem que se fale da Cidade, que se preveja a Cidade, mas não podemos esquecer o Concelho no seu todo. Portanto, pelas razões que indicámos, que anotámos, entendemos votar contra. Daí a razão de ser do nosso voto.” -----

2.7 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL TOMADA NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30/10/2019, RESPEITANTE AO PROCESSO N.º 25/00 EM NOME DO GRUPO DESPORTIVO DA MATA (Conhecimento)

--- Na sequência da retificação da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de outubro de 2019, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi

remetido para conhecimento, através do ofício n.º 816 de 2020.02.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** fez a intervenção que se transcreve: **(Doc. 19)**

“Saudações -----

O ponto 2.7 traz-nos a retificação da deliberação da Câmara tomada em reunião extraordinária de 30/10/2019 respeitante a um processo em nome do Grupo Desportivo da Mata sobre a qual já recaiu a aprovação de reconhecimento desta Assembleia do interesse público Municipal ou interesse económico. -----

É um ponto para conhecimento e autoriza a realização de obras de alteração e ampliação do edifício com legalização de obras, destinado à sede do Grupo Desportivo da Mata. -----

Este processo já mereceu o voto favorável da nossa bancada, pois pensamos ser de inteira justiça que o Grupo da Mata tenha uma sede digna do seu historial e à sua dimensão atual. -----

Agora que este processo, pelo menos aparentemente, já está resolvido torna-se pertinente trabalhar no sentido de dar igual tratamento a outras situações. -----

Neste âmbito pedimos, se for essa a sua decisão, que informe esta Assembleia acerca das seguintes situações: -----

1. O grupo Desportivo da Mata lutava também com dificuldades nos transportes, necessitando de duas carrinhas para deslocar atletas: O problema já foi minimizado ou resolvido? -----
2. O Sindicato dos Têxteis tinha e pensamos que continua a ter como objetivo a criação do seu museu tendo, para tal, reunido uma quantidade significativa de material que guardavam a esmo. Jáhouve alguma evolução ou algum apoio no sentido dessa concretização? -----
3. O Oriental de S. Martinho lutava com problemas de legalização da sede para se poder candidatar a fundos comunitários. O problema já foi ou está em vias de resolução? -----
4. O Arsenal de S. Francisco tinha um telhado com infiltrações. O Problema já foi resolvido? -----
5. O GIR, num passado recente, trabalhava no sentido de legalizar a sua sede. A situação esta resolvida ou em vias disso? -----
6. O Rancho do Refúgio já tem a legalização da sua sede Social resolvida? -----
7. O que e que já foi feito para a legalização da sede do Clube Desportivo do Sarzedo? -----

8. A Associação de Reformados de Unhais da Serra foi despejada da sua Sede Social. -----

Como pensa resolver, com dignidade, esta situação? -----

9. A Biblioteca Popular de Unhais da Serra, provavelmente o maior testemunho cultural da Vila, foi desmantelada e os livros que nos deveriam merecer o maior respeito estão agora a monte, em processo de degradação. Como e quando pensa resolver este problema? -----

10. Qual o ponto da situação das Obras da sede do Clube de caça e pesca de Unhais da Serra? ----

11. Em Unhais da Serra existem regadios em que a última intervenção de fundo data do início da década de sessenta. Para quando o apoio às juntas de Agricultores deste Concelho para que possam recuperar os regadios tradicionais e reanimar a agricultura de complementaridade?

12. Em que estado se encontra o processo de legalização do parque de Campismo do Pião? -----

Ainda se encontram a pagar renda do terreno ou já resolveram situação a fim de, pelo menos, apresentar candidaturas para remodelar o Bar, as casas de Banho e a Piscina. -----

Obrigado” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** iniciou tecendo “uma consideração política e poupar a todos aquilo que foram as dezenas e dezenas de situações de ilegalidades de sedes de associações que se encontrou quando chegamos em 2013 a esta Câmara Municipal. -----

Quero apenas assinalar que, com esta medida e com este conhecimento que aqui tomamos, estamos a cumprir aquilo que foi um dos principais compromissos eleitorais do Partido Socialista ao Movimento Associativo. -----

Já cumprimos um que é o Regulamento do Associativismo e à Atribuição de Subsídios de forma transparente, e está a funcionar, e estamos hoje aqui também a cumprir, e vamos continuar a cumprir, aquilo que foi o compromisso de ajudar as associações a legalizar a sua situação das sedes que, durante muitos anos, foram incentivadas, ajudadas e apoiadas à sua construção, mas com pouco critério ou com pouco cuidado sobre aquilo que eram as leis e aquilo que eram as regras. -

Estamos a ajudar as associações e estamos a fazê-lo dentro da Lei. -----

Não podia, na qualidade de líder da bancada do Partido Socialista, deixar passar a oportunidade para assinalar que estamos a cumprir aquilo que foi o compromisso importante do Partido Socialista nas eleições, quer de 2013, quer de 2017.” -----

2.8 – RELATÓRIOS SEMESTRAIS - PROVEDOR DO MUNÍCIPE (Conhecimento)

--- Foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do estipulado na alínea d), do artigo 10.º do Regulamento do Provedor do Município, através de correio eletrónico de 21 de novembro de 2019. -----

Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)**: questionou “duas situações que são coincidentes e transversais a este relatório que, para nosso problema, já vinha do relatório da anterior Provedora que é a questão da inércia, por parte dos serviços, em resolver os problemas.

Estou a ler do relatório: *“Terminamos apelando à colaboração dos serviços da Câmara Municipal da Covilhã, empresas e fundações camarárias no sentido de fazerem um esforço para ajudarem a resolver situações que por vezes se arrastam aparentemente sem necessidade, sob pena de descredibilizarem a própria Provedoria. É oportuno lembrar que “1. O Provedor do Município aprecia as reclamações sem poder decisório, dirigindo aos órgãos municipais competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar as falhas detetadas” pelo que se elas não colaborarem os problemas (solúveis) não se resolvem.”* -----

Depois, passamos para o relatório 2 e temos novamente considerações finais e novamente *“Terminamos apelando à colaboração dos serviços da Câmara Municipal da Covilhã e empresas camarárias no sentido de:* -----

- *fazerem um esforço para ajudarem a resolver situações que por vezes se arrastam aparentemente sem necessidade e* -----
- *a tomarem uma atitude mais pedagógica esclarecendo e ajudando os munícipes na resolução dos seus problemas que carecem de solução.”* -----

Basicamente, e isto é uma questão que já foi levantada no relatório final da anterior Provedoria, vem uma vez mais reforçar a ideia levantada pelo PCP aquando a sua criação e da nossa oposição a esta figura. Não na figura seja de que Provedor for, mas na sua eficácia porque, no fundo, o Provedor o que está a fazer é uma almofada para escudar os verdadeiros representantes dos munícipes, que são os Vereadores e o Presidente da Câmara – os eleitos, para escudar das suas queixas. -----

No fundo, o que o Provedor faz é uma via de transmissão simples: recebe a queixa e entrega-a ao Vereador. Depois, a quem é que a pessoa se vai queixar? É o Provedor que ouve! E o problema continua por se resolver! -----

Isto é mais ou menos a mesma coisa que é a transferência de competências para as câmaras do governo central que é afastar as pessoas do verdadeiro decisor político da questão. Não é aquele que está a dar a cara! É o decisor político da questão! -----

Por muito mérito que o trabalho do Provedor tenha e tendo em conta as suas palavras e as palavras da sua antecessora, tem manifestos problemas de falta de colaboração de quem deve colaborar. Quem criou a figura, não colabora!” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**, após cumprimentar todos os presentes e em nome da Bancada do Partido Socialista, agradeceu e saudou o trabalho desenvolvido pelo Senhor Provedor. -----

“Esta figura, quando foi criada, ao contrário daquilo que o meu antecessor disse, não foi para se escudar de queixas qualquer Presidente ou qualquer Vereador. Muito pelo contrário até porque esta Assembleia Municipal ainda hoje aqui teve o público a apresentar as suas queixas, reclamações e questões e trazê-los ao órgão próprio, tal como há reuniões de Câmara que são públicas e que também aí permitem o contacto com o público e lhes dá oportunidade de também apresentarem as suas questões. Portanto, não é de maneira nenhuma para se escudarem de queixas o executivo e para afastarem as pessoas. -----

A premissa na criação deste Provedor foi promover a aproximação das pessoas e dos munícipes dos serviços camarários e das empresas municipais.” -----

Por último, propôs um Voto de Louvor pela isenção no trabalho desenvolvido pelo Senhor Prof. Doutor José Ramos Pires Manso. -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** fez a intervenção que se transcreve: **(Doc. 20)**

“Saudações -----

2.8 - Relatórios semestrais. Provedor do Município **(conhecimento)** -----

Cumprimento o senhor Professor Pires Manso, felicito-o pela isenção e independência com que está a desempenhar o seu cargo de Provedor. Pretendo dizer-lhe, publicamente, que me sinto muito honrado, reconhecido e agradecido pelos ensinamentos que a sua pessoa, enquanto professor da nossa Universidade, me transmitiu, através de muitas e variadas publicações de sua autoria, que serviram e sustentaram uma parte importante da minha formação académica. -----

Levo ao seu conhecimento que li com muita atenção o seu relatório e que me pareceu isento, independente, claro e assertivo. Da análise do seu conteúdo ressaltaram, para mim, duas ideias chave. -----

A primeira bem patente na sua preocupação em apelar à colaboração dos serviços da CMC, empresas e fundações camarárias no sentido de fazerem um esforço para ajudarem a resolver situações que por vezes se arrastam, aparentemente, sem necessidade. -----

A segunda prende-se com a diminuição do número de queixas do primeiro para o segundo semestre, pois houve uma diminuição de 59%. -----

Comungo, integralmente, das suas preocupações e subscrevo o seu apelo aos diferentes organismos camarários. -----

Há organizações que partem do princípio de que se o cliente não reclama é por que está satisfeito. Outras, mais exigentes e que procuram, diariamente, a melhoria contínua do serviço que prestam vão ao encontro dos consumidores do seu serviço, procurando saber da sua opinião e grau de satisfação. -----

É neste contexto, que nos atrevemos a sugerir ao senhor Presidente da Câmara que, à semelhança do que o senhor Vereador do Urbanismo fez para as construções passíveis de legalização, organize reuniões/encontros descentralizados, por Freguesia, de modo a informar os munícipes da existência desta Provedoria, qual o seu papel e quais os mecanismos que têm para reclamar, sem qualquer represália. -----

Muito obrigado” -----

- **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)** fez a intervenção que se transcreve: **(Doc. 21)** -----

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respectiva mesa -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Senhora e Senhores Vereadores -----

Ilustres técnicos e chefes de Divisão Municipal -----

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta -----

Comunicação social e público aqui presente -----

Após leitura e apreciação dos dois (2) relatórios elaborados pelo Sr. Provedor do Município, Dr. José Pires Manso, sendo o 1.º, referente ao período entre 20/10/2018 e 19/03/2019, e o 2º, referente ao período entre 20/03/2019 e 20/10/2019, verificamos que: -----

1- A Provedoria do Município, não está e não é devidamente divulgada. -----

2- A exemplo do relatório final da anterior Provedora, o actual Provedor nos dois relatórios, dá a entender que há algo que não funciona bem entre a Provedoria e os Serviços Camarários, com as Empresas Municipais e com a Fundação Municipal, porque solicita a todos colaboração, que façam um esforço, na ajuda para resolução de situações que se arrastam aparentemente sem necessidade, e o actual Provedor vai mais longe dizendo que, sem esforço, sem ajuda, sem colaboração, descredibilizam a própria Provedoria. -----

3- É notório nos relatórios que o Sr. Provedor não tem os meios nem o apoio necessário para desenvolver o seu trabalho para o qual foi nomeado, em prol dos Munícipes do Concelho da Covilhã. -----

Assim, o Movimento de Novo Covilhã pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se é sua intenção e do seu executivo dar o apoio necessário à Provedoria? (porque caso contrário, temos que pensar que estão arrependidos da criação desta figura ou criaram-na simplesmente para ser uma almofada de conforto, porque enquanto se queixam ou tratam o que quer que seja com a Provedoria e aguardam respostas ou soluções, o executivo e os seus técnicos descansam as costas.

Propomos e recomendamos que para melhor funcionamento da Provedoria, a sua divulgação seja sistemática através das redes sociais, dos anúncios de divulgação de eventos mensais, junto das Juntas de Freguesia, que levem o Sr. Provedor as Freguesias, divulgando a sua existência e auscultando os locais e que seja possível efectuar marcação de atendimento via telefone e não simplesmente por endereço electrónico, como consta na informação sob a Provedoria. -----

Disse -----

O Movimento de Novo Covilhã -----

06/03/2020 -----

Fausto Baptista” -----

- **João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS-PP)** referiu que subscreve a intervenção do Senhor Fausto Herculano Branco Baptista. -----

- O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**: agradeceu o trabalho desenvolvido, com isenção, imparcialidade, dedicação e responsabilidade pelo Senhor Provedor do Município. -----

Continuou reconhecendo as dificuldades e dizendo que a figura do Provedor do Município servia para que “os cidadãos tenham uma voz isenta, que não está *engajada* com o poder instituído, a quem apresentam os seus problemas e em quem acreditam que os irá transmitir a quem de direito. -----

Infelizmente, há alguns que são de difícil resolução; outros resolvem-se; outros demoram a resolver; mas, não receio que isto seja público. Tempos houve em que defendi a existência da Provedoria na Câmara Municipal e era liminarmente recusada e não é por acaso. Porquê? Porque não eram apologistas da transparência. Eram apologistas da opacidade, do esconder, da arca encourada. Não quero arcas encouradas! Quero arcas abertas, transparentes ou “paredes de vidro” como dizia Álvaro Cunhal! -----

Não temos nada a esconder e é, por isso, que defendemos a existência de Provedor porque é quem, de facto, pode ser porta voz. É essencial a existência da figura de Provedor, como a figura do Provedor de Justiça.” -----

--- Colocado o **Voto de Louvor** à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

2.9 – DECLARAÇÕES AO ABRIGO DAS ALÍNEAS A) E B), DO N.º 1, DO ARTIGO 15 DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELAS LEIS N.ºs 20/2012, DE 14 DE MAIO, 64/2012, DE 20 DE DEZEMBRO, 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO E 22/2015, DE 17 DE MARÇO (Conhecimento)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de fevereiro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 1360 de 2020.02.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O **Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** demonstrou a sua preocupação, descrevendo os valores recebidos pela Câmara Municipal e os não recebidos. Referiu que os valores a receber “poderiam ajudar a pavimentar a estrada de Vales do Rio.” -----

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora **D. Dulce Ruano**, representante do grupo de moradores da Quinta Branca. -----

--- A Senhora **D. Dulce Ruano**, após cumprimentar todos os presentes, referiu serem um grupo de moradores da Rua do Alvercão, em Quinta Branca, na Freguesia da Boidobra, e passou a explanar o assunto que os tinham levado à presente sessão. -----

“Vimos demonstrar o nosso desagrado. -----

Desde há sete anos, temos as provas, que foi solicitado uma intervenção na Rua do Alvercão, que está cheia de buracos. A cada ano que passa, a cada Inverno que passa, fica mais degradada. Já não sabemos como passar com as nossas viaturas e temos que o fazer diariamente e muitas vezes.”

Justificando-se com o número de moradores e com “a passagem diária e constante, já merecemos um caminho arranjado.” -----

Referiu ainda saber a Câmara já tinha um orçamento aprovado e que tinha feito “inúmeros pedidos para a Câmara, via *e-mail*, a pedir o arranjo da estrada. Dizem-me que a Câmara não está alheia; dizem-me que o serviço está agendado; dizem-me várias coisas... outras vezes nem me dizem nada. Às vezes, passam-se meses sem receber uma resposta que eu exijo porque tenho o meu direito de ter uma resposta, mas algumas vezes nem isso vem. -----

De qualquer forma as respostas que têm vindo é de que está agendado, há orçamento, mas até ao momento, nada! -----

Vínhamos pedir, encarecidamente, a atenção muito especial a esta rua e que nos resolvam este problema porque está a passar dos limites. -----

De referir também que em 2013 a rua ficou mais danificada devido à passagem de uns camiões com umas boas toneladas de terra que, durante três ou quatro meses, passaram naquela rua. Foram esses camiões que partiram o alcatrão, que fizeram maior degradação e, desde aí, não tem havido intervenção. Porque, por muito boa vontade que possa haver, na prática não há intervenção nenhuma. E é isto que nós vimos aqui solicitar. Muito obrigada a todos.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que tinha tomado “boa nota da reclamação da Senhora Dona Dulce Ruano. -----

Em primeiro lugar, e é a informação que eu tenho dos serviços, é que a Rua do Alvercão é um caminho vicinal e a competência é da sua Junta de Freguesia. Diz-me o Senhor Diretor de Departamento que transmitiu isso mesmo à Junta de Freguesia, mas isso não significa que declinemos responsabilidades a outros níveis no sentido de podermos vir ajudar a Junta a resolver esse problema. -----

A manutenção e conservação de caminhos vicinais é uma competência material das Juntas de Freguesia em cujo o território se localiza o caminho e não da competência da Câmara Municipal. Portanto isto é uma questão preliminar e, para que tudo fique claro, não estou a querer “*sacudir a água do capote*”. É apenas situar em termos de competências. Por isso é que existem Juntas de Freguesia; existe Câmara Municipal. -----

Isso não quer dizer que não ajudemos a Junta de Freguesia a resolver o problema. É uma questão de, muito proximamente, conversar com o Senhor Presidente da Junta e, em conjugação de esforços, resolvermos isso. Portanto, a situação muito claramente é esta. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu que era uma situação que se arrastava havia bastante tempo e que a Junta de Freguesia já tinha colocado à Câmara Municipal.

Continuou dizendo que “o primeiro Plano Rodoviário Nacional, quando foi revisto, fez a alteração do conceito de caminho municipal e vicinal. -----

O primeiro Plano Rodoviário dizia que os caminhos vicinais eram os caminhos para dar serventia agrícola, em terra batida, e que destinavam ao uso exclusivo das explorações agrícolas e de pequeno trânsito e o Plano, quando é revisto, diz que são caminhos vicinais todos os que não forem considerados municipais. -----

Há aqui uma lacuna muito grande porque há ruas inteiras no nosso concelho que não são considerados estradas municipais, mas que são da competência da Câmara Municipal como toda a gente sabe.” Deu alguns exemplos de ruas nessas condições. -----

Continuou perguntando quem tinha permitido as construções e cobrado as respetivas taxas, colocado a rede de água e alcatroado a estrada, dizendo que não tinha sido a Junta de Freguesia, pelo que não fazia sentido ser a Junta de Freguesia a reparar a estrada até porque não tem meios técnicos nem humanos para fazer reparações no alcatrão. -----

Perguntou ainda, sendo “uma responsabilidade da Junta, porque é que existe um projeto dos serviços da Câmara para fazer a requalificação da via. Não faz sentido.”

Afirmou que era necessária uma “decisão política para colocar 26 mil euros para o arranjo definitivo desta estrada porque tapar buracos também já não é solução.” -----

Terminou dizendo que a Junta de Freguesia estava disponível para se encontrar uma solução. ----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,